

Técnicos das CPIs dos Correios e dos Bingos começam nesta semana treinamento no uso de *software* de investigação criminal que o FBI e a CIA utilizam para desbaratar quadrilhas de lavagem de dinheiro

CPI ouve ex-dirigente do Rural sobre empréstimos a Valério

Carlos Godinho, ex-superintendente do Banco Rural que denunciou como falsos os empréstimos concedidos pela instituição financeira ao empresário Marcos

Valério, depõe nesta quarta-feira na CPI dos Correios. A semana deve ser marcada também pelos desdobramentos da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o processo de cassação

do deputado José Dirceu. Paralelamente à cena política, as CPIs dos Correios e dos Bingos iniciam o treinamento de seus técnicos em um *software* de investigação criminal.

PÁGINAS 3 A 7

TERRA



A ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é um dos pontos de discordância na CPI

Relatório que divide parlamentares tem votação marcada para quarta

PÁGINA 9

Novos meios de prova reforçam punição de motorista embriagado

PÁGINA 11

Universidades poderão ganhar autonomia para eleger seus reitores

PÁGINA 10

cidadania

Sem agrotóxico, alimento orgânico seduz consumidor

Cerca de 20 mil produtores, entre certificados e não-certificados, se dedicam ao negócio do alimento orgânico no Brasil. O *Especial Cidadania* mostra o que significa essa alternativa colocada à mesa do brasileiro.

PÁGINA 16

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 13

FRASES

Página 13

VOZ DO LEITOR

Página 13

CONHEÇA O SENADO

Página 15

Celso Furtado, o homem que pensou o Brasil

Sua teoria sobre a formação econômica do Brasil orientou o pensamento de uma geração. O legado de Celso Furtado foi debatido em seminário que reuniu, no Senado, economistas e políticos.

PÁGINA 8

Celso Furtado aliou a teoria ao exercício de políticas para superar o subdesenvolvimento



Tramitação de MPs preocupa senadores

O presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu mudanças no processo de emissão e tramitação de medidas provisórias (MPs). Ele afirmou que vem procurando ter isenção e equilíbrio na administração do Senado, mas observou que não está sendo possível evitar conflitos com outros Poderes, se referindo especificamente à emissão excessiva de MPs, que, na avaliação do senador, deturpam o papel do Legislativo.

Renan quer o fim do interstício de dois dias que hoje é respeitado, por acordo partidário, antes

da votação de uma medida provisória pelo Plenário do Senado. Ele explicou que as MPs estão chegando à Casa já nos últimos dias para apreciação, e o intervalo de tempo previsto acaba prejudicando seu exame.

– Se o interstício não puder ser cumprido todas as vezes, ele perde o seu sentido – afirmou.

O senador informou ter apresentado proposta de emenda à Constituição (PEC) que proíbe a emissão de medidas provisórias que alterem contratos. Na opinião de Renan, a possibilidade de alterações contratuais por MPs, existente hoje, traz insegurança

jurídica ao país.

Virgílio aponta recuo na edição de MPs

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), atestou a redução do número de medidas provisórias editadas pelo presidente Lula. Enquanto 58 foram editadas em 2003 e 73 em 2004, o Executivo encaminhou ao Congresso, de janeiro até agora, apenas 33 MPs. Na avaliação do senador, essa diminuição expressa a desarticulação da base governista, circunstância que estaria inviabilizando a conversão dessas proposições em lei.

MP do Bem sancionada com vetos

A chamada MP do Bem foi sancionada pelo presidente da República, na última segunda-feira, com 12 vetos ao texto aprovado pelo Congresso. Não houve mudanças significativas nas desonerações fiscais promovidas pelo projeto de lei de conversão à Medida Provisória 255. Mas, pelos cálculos da Receita Federal, os vetos economizaram cerca de R\$ 600 milhões aos cofres federais, baixando para R\$ 5,7 bilhões o impacto anual do principal pacote de benefícios

fiscais do governo Lula.

Essa economia decorreu, segundo a Receita, do cancelamento do dispositivo que encurtava de 24 para 18 meses o prazo de utilização dos créditos tributários de PIS e Cofins obtidos na compra de máquinas, dando mais fôlego de caixa às empresas. Isso produziria perda de R\$ 400 milhões. Os outros R\$ 200 milhões seriam ocasionados pela redução das alíquotas das contribuições previdenciárias de atividades relacionadas à bovinocultura.

Conselho de Ética do Senado tem nova composição

Aprovada por unanimidade a nova composição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. Essa é a quinta eleição geral do órgão, formado por 15 titulares e 15 suplentes. Os mandatos têm duração de dois anos e a composição deve respeitar o princípio da proporcionalidade partidária e o rodízio entre partidos ou blocos não representados.



Entre sua esposa, Verônica (E), e a senadora Iris de Araújo, Renan inaugura a mostra no Salão Negro do Senado

Exposição reúne obras de 81 artistas plásticos brasileiros

O Senado reúne a diversidade cultural brasileira na exposição *Artistas Plásticos Brasileiros*, aberta na terça-feira no Salão Negro do Congresso Nacional. A mostra, prevista para terminar em 2 de dezembro, tem a finalidade de expor a riqueza artística do país e conta com 81 telas de artistas de todos os estados, indicados pelos senadores.

Estiveram presentes à abertura do evento senadores, deputados, embaixadores, diplomatas e artistas, que assistiram a um vídeo de quatro minutos, com imagens e músicas regionais, e à apresentação de danças típicas regionais. Segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros, a exposição terá edições anuais,

passando a fazer parte do calendário cultural e artístico da Casa.

A mostra reúne artistas de renome nacional e internacional. Entre os expositores está a italiana naturalizada brasileira Maria Bonomi, que tem obras espalhadas pelos principais museus do mundo. A representante de São Paulo observa que foi a primeira vez que conseguiu encontrar colegas de todos os estados em um único evento.

– O significado cultural dessa exposição é fortíssimo – disse.

O presidente da Comissão dos Artistas Plásticos Brasileiros, Paulo Lustosa, também destacou a importância e oportunidade do evento.

agenda

Comissões

TERÇA-FEIRA

9h30 – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Dívidas rurais – Discussão, em turno suplementar, de emendas à proposta que prevê a repactuação de dívidas de crédito rural (PLS 517/03).

Autor: senador César Borges (PFL-BA). **Relator:** senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

Isenção – Proposta isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados os automóveis de corretores de imóveis (PLS 167/03). **Autor:** senador Romeu Tuma (PFL-SP). **Relator:** Valdir Raupp (PMDB-RO).

9h30 – MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Indicações – Sabatina de José Machado e de Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior, indicados pela Presidência da República para a diretoria da Agência Nacional de Águas.

10h – SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Dnit – Analisa a indicação de Luiz Augusto Bittencourt à diretoria do Departamento de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit).

10h30 – CPI DOS BINGOS

Dinheiro cubano – Ouve Ademirson Ariovaldo da Silva, assessor especial do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Ele usa número de telefone de Palocci, no qual teria recebido mais de mil ligações de Vladimir Poletto, envolvido na denúncia de doação de Cuba que teria abastecido o caixa dois da campanha petista. Ademirson é o assessor mais próximo de Palocci interrogado pela CPI.

11h – EDUCAÇÃO

Software livre – Em exame projeto que altera a lei do Fundo de Universalização de Telecomunicações (Fust) para dar preferência aos equipamentos que utilizem programas de código aberto, os *softwares* livres, que não requerem o pagamento de licenças para o uso (PLS 308/05). **Autora:** senadora Serys Silhensarenko (PT-MT).

QUARTA-FEIRA

9h30 – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reforma infraconstitucional – Na pauta, projeto que integra a reforma infraconstitucional do Judiciário e propõe que a liquidação e a execução da sentença



judicial passem a fazer parte do processo que analisa o mérito da ação. Com isso, agiliza-se o rito de cumprimento da sentença, ao simplificar a notificação do réu, que passa a ser por intimação em vez de citação, além de arbitrar multa de 10% sobre o valor devido em caso de não cumprimento tempestivo, em 15 dias, da sentença (PLC 52/04). **Autor:** Executivo. **Relator:** senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Após reunião da CCJ – CPI DOS BINGOS

Caso Celso Daniel – Depoimentos do promotor de Justiça Roberto Wider Filho e dos delegados Maurício Correia e Elisabete Sato, que participam do inquérito sobre o assassinato do ex-prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel.

QUINTA-FEIRA

10h30 – CPI DOS BINGOS

Caso GTech – Ouve o subchefe adjunto de Ação Governamental da Casa Civil, Ademar de Miranda Torres, ligado à renovação do contrato da americana GTech com a Caixa Econômica Federal. Diretor da Caixa antes de trabalhar no Planalto, ele foi apontado em auditoria do banco estatal como um dos responsáveis pelo aumento das tarifas da GTech para operar loterias.

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h - Sessão não-deliberativa

TERÇA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Abertura do ano legislativo – Os senadores votam a proposta de emenda constitucional que obriga o presidente da República a comparecer à sessão de abertura de cada ano legislativo (PEC 64/99). Atualmente, a presença do presidente só é obrigatória na abertura da legislatura, a cada quatro anos, em que o Congresso é renovado pelas eleições. **Autor:** senador Eduardo Suplicy (PT-SP). **Relator:** senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

QUARTA - FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Cinema – Em pauta, projeto que disciplina autoria e exibição pública de obras audiovisuais e cinematográficas (PLS 532/03). **Autores:** João Capiberibe (PSB-AP) e outros senadores.

QUINTA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Agenda em aberto – Até o fechamento da edição, não havia previsão da pauta das demais sessões.

SEXTA-FEIRA

9h - Sessão não-deliberativa

CRISE POLÍTICA Relatório aponta que Skymaster arrendava aeronaves de empresas nas Ilhas Virgens de que era sócia

Aviões serviriam para lavar dinheiro



Remessas de quase R\$ 70 milhões para o exterior desde o início da CPI levaram Cardozo a pedir o bloqueio dos bens da Skymaster

Arrendamento de aeronaves é semelhante ao “esquema PC”

As suspeitas em relação aos contratos de arrendamento da Skymaster descritas no relatório da CPI são comparáveis ao esquema montado por Paulo César Farias, que levou à queda de Fernando Collor, em 1992.

PC Farias era dono da empresa de táxi-aéreo Brasil-Jet e enviava US\$ 210 mil mensais à empresa Miami Leasing para

pagar o arrendamento de dois jatinhos, de acordo com a sua contabilidade.

Os trabalhos da CPI que investigou o caso, no entanto, demonstraram que PC era dono da Miami Leasing, operada por testas-de-ferro do empresário. A empresa servia, então, para que PC legalizasse remessas de divisas para fora do país.

Empréstimos falsos no Rural são tema de depoimento

O ex-superintendente do Banco Rural Carlos Godinho, que denunciou a falsidade dos empréstimos concedidos pelo banco a Marcos Valério, depõe à CPI dos Correios nesta quarta-feira. Segundo ele, já se sabia que as operações não seriam pagas, pois seriam apenas uma manobra para mascarar a entrada de dinheiro que viria de outras fontes.

A versão dos empréstimos foi derrubada no relatório parcial apresentado pelo deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), que lista diversas provas: as garantias concedidas são frágeis e incompatíveis com regras do mercado financeiro; os bancos só começaram a cobrar judicialmente a dívida depois de divulgado o escândalo; os empréstimos só foram registrados na contabilidade de Valério em 2005; falta documento legal que comprove o empréstimo de R\$ 55 milhões de Valério para o PT; e as dívidas foram roladas de maneira sistemática – um empréstimo de R\$ 19 milhões no Banco Rural, por exemplo, foi prorrogado seis vezes.

Nova tentativa de votar relatórios

Os relatórios sobre fontes financeiras, do deputado Gustavo Fruet, e de Contratos, do deputado José Eduardo Cardo-

zo, devem ser votados nesta quinta-feira.

A briga política entre petistas e tucanos impediu a votação do relatório apresentado por Fruet na última quinta-feira. Parlamentares do PT reclamam da exclusão, no documento apresentado pelo deputado, do nome do tesoureiro tucano Cláudio Mourão, que recebeu dinheiro do valerioduto em 1998 para custear a campanha a governador do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Na defesa do relatório, Fruet argumenta que não fez menção ao valerioduto de Minas Gerais porque não pôde analisar as contas de Valério em 1998. Mas Fruet já admitiu que vai incluir informações sobre caixa dois nas campanhas em Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Pará. Ainda falta o aval dos governistas para a sugestão, já que os recursos não contabilizados nos outros estados dizem respeito a campanhas petistas.

– Para que não pareça que a investigação é um jogo de compensação e para que não se perca em um debate menor e empobrecido de uma disputa entre PT e PSDB, estou propondo que se faça esse capítulo, incluindo todos esses nomes e todas as campanhas que estão sendo investigadas – explicou.



O relatório parcial da CPI dos Correios sobre a Skymaster detalha os contratos da empresa com a estatal (veja quadro) e aponta evidências de que a companhia usou contratos de arrendamento para mandar dinheiro ao exterior de maneira ilegal, num esquema com semelhanças ao operado por Paulo César Farias, no governo do presidente Fernando Collor de Mello (leia abaixo).

A empresa tem aeronaves arrendadas de empresas sediadas no paraíso fiscal das Ilhas Virgens: a Quintessential e a Forcefield. A CPI apurou que as mensalidades pagas pela Skymaster

aos arrendatários são US\$ 466,4 mil superiores aos parâmetros definidos pelo Departamento de Aviação Civil (R\$ 1,02 milhão).

– Essa discrepância sugere que as operações de arrendamento tenham sido aproveitadas como meio para remeter dinheiro ilegal ao exterior – afirma o relatório.

A CPI também encontrou indícios de que a Quintessential e a Forcefield são na verdade controladas pela Skymaster. Os representantes das empresas das Ilhas Virgens são sócios de pelo menos um dos donos da Skymaster e a representante da Quintessential no Brasil tem o mesmo endereço de um dos sócios da Skymaster. Vários cheques contabilizados como pagamentos à Forcefield no Brasil foram parar nas contas

dos sócios da Skymaster e da Skycargas.

As investigações identificaram ainda que, desde o início da CPI, a remessa aos arrendatários somou R\$ 69,761 milhões. A comissão teme que, por meio da operação, a Skymaster esteja tentando se desfazer de bens, para que não sejam confiscados pela Justiça.

Por isso, o sub-relator de Contratos, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), pediu o bloqueio dos bens da Skymaster ao procurador-geral da República antes mesmo de divulgar o documento. Em 17 de novembro, o deputado esteve na Procuradoria Geral da República para pedir que a companhia tenha os bens congelados.

Fraudes no transporte aéreo dos Correios teriam começado há cinco anos

JULHO DE 2000 - Quatro dias antes da licitação, Skymaster e Beta assinam termo em que dividem meio a meio a execução de todos os contratos assinados com os Correios, independentemente da vencedora. As duas foram as únicas empresas que “disputaram” a operação da linha F (um dos trechos do transporte de correspondência), vencida pela Beta. O termo vigorou até dezembro de 2003.

JUNHO DE 2001 - O edital para contratação da transportadora das linhas A e C dava prazo de 24 horas para que as empresas apresentassem as propostas e iniciassem a operação, o que só foi cumprido pela Skymaster. No mesmo dia em que assinou o contrato, a empresa subcontratou a Beta. O prazo curto indicaria a existência de acerto prévio entre os Correios e a Skymaster, possibilitando superfaturamento de R\$ 7,9 milhões.

DEZEMBRO DE 2001 - Nova licitação para as linhas A e C. A Skymaster e a Beta são as únicas empresas que efetivamente participaram da disputa. O edital impedia a participação da principal concorrente do setor, a VarigLog. A Skymaster vence e subcontrata a Beta no mesmo dia. Os valores cobrados pela Skymaster apresentariam superfaturamento de R\$ 24,76 milhões em um ano.

DEZEMBRO DE 2002 - A Skymaster e os Correios realizam uma repactuação que aumenta o valor do contrato em 16,37%. O superfaturamento passaria a R\$ 21,24 milhões.

JUNHO DE 2003 - Consultoria contratada pelos Correios revê a tabela de preços da Rede Postal Noturna e consegue baixar em 5% o valor cobrado pelas empresas. A Skymaster foi a única que não aceitou a renegociação.

DEZEMBRO DE 2003 - Nova licitação para as linhas A e C, a única em que, de acordo com o relatório, houve competição efetiva. A Skymaster vence por haver baixado em 21% o seu preço original. É contratada por R\$ 213 mil diários, contra R\$ 429 mil cobrados no contrato anterior. O dono da Skymaster esteve com o ex-secretário do PT Silvío Pereira e a empresa conseguiu aumentar o pagamento para R\$ 276,9 mil diários.

DEZEMBRO DE 2004 - Os Correios abrem mão dos valores referenciais definidos em junho de 2003 e contratam a Skymaster por R\$ 445 mil diários, valor mais alto registrado nos últimos cinco anos e 60% a mais do que o valor cobrado pela empresa aérea anteriormente. O superfaturamento chegaria a R\$ 10 milhões entre dezembro e abril de 2005.

DNA repassava recursos a outras agências

A agência de publicidade D+ era paga pela DNA Propaganda, de Marcos Valério, mas emitia notas em favor da Visanet. No depoimento à Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios, o publicitário Eduardo Groisman, da D+, leu aos parlamentares uma carta do Banco do Brasil (BB) que orientava a agência a realizar a operação.

A D+ dividia com a Ogilvy e a DNA a conta de publicidade do BB. Por ter 30% das ações da Visanet, o banco também participava da publicidade da empresa de cartões. Groisman disse à CPI que a DNA era responsável pela gestão da conta do BB e, por isso, fazia pagamentos para as outras agências.

A agência de Valério intermediou ainda pagamentos da publicidade do cartão Ourocard à agência Lowe, fato confirmado à CPI por Paulo Roberto Cor-

reia dos Santos, publicitário da agência. O valor pago pela DNA chegou a R\$ 2,27 milhões, entre março e setembro de 2003.

Correia dos Santos também admitiu ter recebido R\$ 10,92 milhões antecipados por uma campanha da Visanet, prática que considerou pouco usual. Mas, ao contrário do que ocorria com a D+, que recebia pagamentos da Visanet

pela DNA, o publicitário disse que a Lowe foi paga diretamente pela empresa de cartões.

A sub-relatoria ouviu ainda Luiz Alberto Costa Marques, da agência Ogilvy, outra empresa que presta serviços de publicidade para o BB e para a Visanet. Depois da rescisão do contrato do banco com a DNA, de Valério, a Ogilvy assumiu a gestão

da conta.

A Ogilvy recebeu R\$ 57 milhões do Banco do Brasil pelos trabalhos realizados em 2003 e 2004. Já em 2005, desde que assumiu a gerência da conta, fo-

Empresa fazia pagamentos à D+ e à Ogilvy, e Visanet recebia as notas fiscais

ram R\$ 77 milhões até o dia 21 de novembro.

O relator de Contratos, deputado José Eduardo Cardozo, disse que os fatos são

suspeitos, mas ainda é precipitado tirar conclusões sobre as movimentações. Cardozo quer convocar o diretor de Planejamento Estratégico da Ogilvy, Mauro Montorin. De acordo com Luiz Alberto Costa Marques, Montorin conhece o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares. Cardozo suspeita que Montorin tenha sido contratado pela Ogilvy por indicação de políticos.

CRISE POLÍTICA Até agora, programa usado na elaboração do Orçamento havia sido improvisado para cruzar dados

CPI compra *software* que a CIA utiliza



Imagine visualizar em uma tela de computador a rede de ligações do dinheiro distribuído pelas empresas SMP&B e DNA do publicitário mineiro Marcos Valério a aliados, a que envolve os depósitos no exterior do empresário Duda Mendonça, a das investigações sobre os contratos da GTech com a Caixa Econômica ou ainda a dos esquemas de caixa dois nas prefeituras de Ribeirão Preto e Santo André.

É isso que vai acontecer a partir desta semana, quando começa o treinamento de dez técnicos das duas CPIs – oito dos Correios e dois dos Bingos – para usar o i2, um dos programas de investigação criminal mais eficazes.

Usado pelo FBI e por algumas das principais agências de inteligência do mundo, como a CIA norte-americana, a inglesa MI6 e a israelense Mossad, o *software* já serviu no Brasil para ajudar a Polícia Federal, o Ministério da Justiça e o Ministério Público a desbaratar quadrilhas de lavagem de dinheiro, a recuperar recursos públicos desviados ilegalmente para fora do país e a combater o narcotráfico.

– Nós temos farta documentação sobre sigilos bancário, fiscal e telefônico e não tínhamos como fazer avançar as investigações até abril –, quando expira o prazo das duas CPIs, relata o senador Efraim Morais (PFL-PB), presidente da CPI dos Bingos.

O programa é capaz, segundo o senador, de rastrear a movimentação de uma conta bancária para outras 8 mil contas em ape-

nas três minutos, apresentando na forma de diagramas e tabelas o resultado da pesquisa. Também permite cruzar as informações de diversos depoimentos e apontar contradições.

Dessa forma, o corpo técnico das CPIs poderá eliminar com maior rapidez as informações supérfluas e cuidar do que é relevante, como observa José Amadeo Cunha Gomes, consultor do Senado integrante do corpo técnico da CPI dos Correios.

O pacote adquirido pelo Senado custou cerca de R\$ 650 mil e envolve a aquisição do *software*, treinamento e consultoria.

O primeiro curso, que inclui três consultores do Senado, quatro do TCU e um funcionário do Banco Central à disposição da CPI dos Correios, terá a duração de duas semanas e meia. “À medida que aprendemos, investigamos”, explica Gomes. O se-

As inteligências dos EUA e Israel usam o software que chegou às CPIs

gundo treinamento será ministrado em janeiro e envolverá, além de técnicos das CPIs, outros setores da Casa, como a Secretaria Especial de Informática (Prodasen) e a Polícia do Senado. Esses dois setores integram um grupo informal de perícia digital, que apura desde ataques à rede e pirataria interna até ameaças recebidas por parlamentares via *e-mail*.

Até agora o programa que mais tem ajudado as CPIs é o Siga Brasil, desenvolvido pelo Prodasen e pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle (Conorf) para auxiliar na elaboração e na execução orçamentária. Aberto ao público este ano, o Siga possui um módulo de acesso no sistema restrito aos técnicos das CPIs. Voltado para informações gerenciais, organizadas na forma

de relatórios, o Siga estabelece conexões mais simples do que o i2, como relações diretas entre quem paga e quem recebe.

Mesmo assim, os dois sistemas vão conviver durante os trabalhos das CPIs. De acordo com o analista do Prodasen João Arthur Motta Coimbra, um dos responsáveis pelo desenvolvimento do Siga, o sistema já cruzou 15 milhões de ligações telefônicas – 11 milhões de interesse da CPI dos Correios e outros 4 milhões investigados pela CPI dos Bingos. A tendência, estima Coimbra, é chegar a 30 milhões de ligações até o final do ano.

Outros números demonstram a importância do sistema. Foram cruzados 3 milhões de lançamentos bancários, divididos igualmente entre as duas CPIs, 12 milhões de movimentações da Bovespa e outras 3 milhões na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) relativas a fundos de pensão. O Siga também permitiu visualizar todas as visitas – num total de 1,78 milhão entre 1º de maio de 2002 e 5 de julho de 2005 – registradas na portaria do Brasília Shopping, onde está a agência do Banco Rural, por onde Marcos Valério teria abastecido os acusados de receberem pagamentos periódicos em troca de apoio nas votações importantes de interesse do Executivo.



Efraim (E), Garibaldi e Mozarildo (de pé): comando da CPI tem apoio da informática

Instrumento para facilitar amplo leque de apurações

O uso do *software* i2 pode contribuir para o melhor resultado das investigações na CPI dos Bingos, que, com a diversidade de casos ligados ao crime organizado, teve de abrir um grande leque de investigações.

Somente nessa comissão estão sendo investigadas denúncias relacionadas a corrupção, lavagem de dinheiro, extorsão, tráfico de influência, financiamento ilegal de campanha – com caixa dois – e até homicídios.

Os senadores e a equipe técnica debruçam-se sobre milhares de documentos e informações com ramificações em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Santo André, Ribeirão Preto, Campinas, e ainda Cuba, Ilhas Cayman e Uruguai.

– Estou chegando à conclusão de que essa CPI daria até um filme: tem morte, amor, propina, crime organizado em várias cidades – brincou o senador José

Jorge (PFL-PE), ao comentar as inúmeras denúncias apresentadas na comissão.

Em um dos principais casos investigados, a renovação de contrato da multinacional GTech com a Caixa Econômica Federal, há mais de 50 pessoas direta ou indiretamente relacionadas, entre elas personagens do governo brasileiro. Somente da GTech estão relacionados 21 mil documentos, entre eles quebras de sigilo telefônico, fiscal e bancário.

As denúncias relacionadas a Ribeirão Preto e Santo André, inicialmente previstas como investigações distintas, começam a direcionar-se para um mesmo rumo, já como resultado das apurações realizadas pela comissão de inquérito. Um dos pontos em comum é o suposto esquema de corrupção naquelas cidades paulistas, com extorsão de empresas para o financiamento de campanhas.



Senador tem Gabinete 24 Horas em *notebook*

Com a finalidade de dotar os senadores de instrumentos para dinamizar o trabalho parlamentar, o presidente do Senado, Renan Calheiros, lançou o Gabinete 24 Horas, programa do Prodasen que consiste na oferta a cada senador de um computador portátil (*notebook*) que pode se conectar em rede sem fio.

O diretor do Prodasen, Petrônio Carvalho, explicou que os *notebooks* permitem que os senadores acessem a rede do Senado em Brasília ou em outra cidade, inclusive a Rede Virtual Privada, com segurança na troca de dados.

Ainda como parte do Gabi-

nete 24 Horas, os senadores receberam computadores com monitores de cristal líquido. Além disso, a exemplo do que já acontece em Plenário, as comissões permanentes foram incluídas na rede sem fio.

Durante a comemoração dos 33 anos do Prodasen, Renan anunciou ainda que serão instaladas redes sem fio nas residências dos senadores. Essas redes utilizam ondas de rádio que possibilitarão conexão direta com o Senado, o que pode reduzir custos.

No evento, Renan Calheiros afirmou que, no Senado, tecnologia significa racionalidade, transparência e cidadania.

Para Renan, tecnologia significa racionalidade e transparência

CRISE POLÍTICA O presidente do Sebrae afirma que espera ser ressarcido pelo pagamento de dívida ao PT

Okamoto declara que pagou sozinho dívida de Lula

ROSEWELT PINHEIRO/ABR



Paulo Okamoto se contradiz na CPI dos Bingos: Lula não saberia de débitos com o PT, mas ao mesmo tempo teria concordado que fizesse o pagamento



Com a declaração de que ainda espera ser ressarcido, o presidente nacional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, entrou em contradição na CPI dos Bingos. Ele disse que pagou uma dívida do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no valor de R\$ 29,4 mil para não constrangê-lo, por achar que o valor não deveria ter sido cobrado do ex-dirigente, contratado do partido, quando de sua rescisão trabalhista com o Partido dos Trabalhadores.

Okamoto, ex-tesoureiro do diretório nacional do PT, explicou que, como procurador de Lula, discutiu com o então tesoureiro do PT Delúbio Soares sobre o valor da rescisão, em janeiro de 2003. Em saldos a receber havia R\$ 42,2 mil, de que deveriam ser descontados R\$ 17,3 mil de impostos e R\$ 29,4 mil de adiantamentos. Com isso, o valor líquido seria de apenas R\$ 2,4 mil.

O partido, contudo, pagou R\$ 31,8 mil a Lula e depois cobrou dele o pagamento da diferença, quando já era presidente da República. Okamoto teria questionado o PT sobre a cobrança dos R\$ 29,4 mil: R\$ 5 mil de

adiantamentos a Lula (até hoje sem comprovantes); R\$ 13,6 mil referentes a passagens da viagem de Marisa Letícia, esposa do presidente, em comitiva à China, quando da campanha presidencial; R\$ 9,3 mil, de um conjunto de adiantamentos para viagens pelo PT para Cuba, França, Itália e Portugal; e mais R\$ 1,4 mil de adiantamento para pagamento de assistência médica.

Depoimento desperta avaliações divergentes

Para a oposição, Okamoto não deixou claro por que assumiu a dívida e quitou-a sozinho. Ele negou que o valor seria um empréstimo do PT a Lula e teria como fonte o Fundo Partidário, o que é proibido. A dívida está na contabilidade do PT como adiantamento, informou.

O líder do PFL, José Agripino (RN), questionou por que as parcelas foram pagas em dinheiro, a primeira, de R\$ 12 mil, no caixa de um banco em São Paulo por um *office-boy* que apresentou cópia da identidade de Lula.

– Não dá para entender. Se o dinheiro foi sacado de contas de Okamoto em Brasília, por que não houve depósito bancário para a conta do PT de São Paulo? Entendemos então que o dinheiro foi transportado em mala – afir-

mou.

Questionado por Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) sobre a razão de o ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner, ter negado a existência dos débitos, Okamoto respondeu que jamais comentou com o presidente que a dívida estava em aberto. Mas em seguida disse que perguntou ao presidente se podia pagar a dívida e ele teria concordado.

Para os governistas, não há mais dúvidas. “O depoimento foi consistente e convincente”, afirmou Tião Viana (PT-AC).

– Este episódio está mais do que discutido. O presidente não reconhece a dívida como antecipação de viagem, já que o partido é quem deveria pagá-la – disse o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), declarando-se contrário à decisão do Tribunal Superior Eleitoral que manda os partidos devolverem aos cofres públicos despesas com diárias.

Segundo ele, os dirigentes do PT devolveram tais despesas, o que não teria sido feito pelo PFL, que, de acordo com o TSE, deve R\$ 91,7 mil e recorreu da decisão. Agripino contestou a afirmação.

Empresária afirma que presidente prometeu averiguar

A empresária de transporte coletivo de Santo André (SP) Rosângela Gabrilli chamou a atenção da CPI dos Bingos ao dizer que sua irmã Mara Gabrilli, tetraplégica, esteve na casa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em março de 2003, para denunciar a continuidade do esquema de corrupção após a morte do prefeito Celso Daniel. Lula teria dito que iria “averiguar o caso e tomar as devidas providências”, mas a família não recebeu resposta alguma, afirmou Rosângela.

Com apoio em muitos documentos, ela falou sobre o esquema de extorsão sofrido por sua empresa, a Expresso Guarará, na gestão de Klinger de Oliveira Souza como secretário de Serviços Municipais de Santo André, entre 1997 e 2002. Para Rosângela, Klinger era o cabeça e o nome do PT no esquema; Ronan Maria Pinto, que detém 60% da frota de ônibus de Santo André, era o interlocutor que forçava a extorsão; e Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, era o caixa.

– Cada um tinha um papel definido – disse a empresária, que quatro dias após a morte de Celso Daniel procurou o Ministério Público (MP) para denunciar o esquema. A demora para fazer isso foi devido ao medo que a família tinha de Klinger. “Ele costumava usar uma arma presa à canela e sempre dizia que com o poder não se brinca”, narrou, contando detalhes de estratégias usadas pelo trio e pelo também empresário da construção Humberto Tarcisio de Castro. Os quatro foram indiciados pelo MP.

Rosângela apresentou cópia de seis depósitos feitos por seu pai, Luiz Alberto Ângelo Gabrilli Filho, na conta de Sérgio Gomes, totalizando R\$ 65,5 mil, referentes a setembro e outubro de 1997

JOSÉ CRUZ/ABR



Rosângela Gabrilli reafirma denúncias sobre extorsão na prefeitura de Santo André

e dezembro de 1998. Segundo a empresária, a Expresso Guarará e a Viação São José, também da família, pagaram cerca de R\$ 42 mil de propina todo dia 30, entre 1997 e dezembro de 2001. Pelo menos R\$ 100 mil eram arrecadados por mês das empresas de transporte, informou Rosângela.

Em encontro com Ronan Pinto em um restaurante de Santo André, ela disse que ouviu falar com Klinger ao telefone. “Em uma outra mesa estavam Celso Daniel e Ivone Santana. Ronan se referiu a eles como o palhaço ou paspalho e a comandante”, relatou.

O senador José Jorge (PFL-PE) lembrou que na época do assassinato o candidato Lula teria dito que “a morte de Celso nunca poderia ser comum”, mas na última quinta-feira o presidente afirmou acreditar, sim, que não foi um crime político.

CPI convida Palocci, mas convoca amigo de Lula

Em uma discussão que começou na noite de segunda-feira passada, os senadores acabaram por concordar, na terça-feira, que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, compareça à CPI dos Bingos como convidado, e não convocado. O presidente da comissão, Efraim Morais (PFL-PB), combinou que o ministro estará no colegiado até o dia 10 de dezembro.

Mas foi estabelecida uma condição: que o ministro autorizasse o uso de seu depoimento como peça jurídica pela CPI.

Palocci deve explicar sua relação com denúncias contra a sua gestão como prefeito de Ribeirão Preto (SP), e que envolvem seus ex-assessores e ex-secretários municipais. Nesta terça-feira, a CPI ouve Ademirson Ariovaldo da Silva, assessor do ministro.

Subcomissão ouvirá testemunha-chave

A comissão também aprovou a criação de uma subcomissão que vai ouvir, nesta segunda-feira, em sigilo, o garçom Jack, que trabalhava no Bingo Taquaral e

teria ouvido o plano para o assassinato do ex-prefeito de Campinas Antônio da Costa Santos, o Toninho do PT, em setembro de 2001. Eduardo Suplicy (PT-SP), Romeu Tuma (PFL-SP) e Magno Malta (PL-ES) também querem acarear Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, e os presos acusados de envolvimento na morte do ex-prefeito de Santo André Celso Daniel.

Nesta quarta-feira, os senadores ouvem o promotor Roberto Wider Filho, que apura o assassinato de Celso Daniel, e os delegados Maurício Correia e Elisabete Sato.

O ex-diretor da Caixa na época do contrato com a GTech, Ademar de Miranda Torres, será ouvido nesta quinta-feira.

Foi ainda aprovada a convocação de Roberto Teixeira, compadre do presidente Lula, e do ex-petista Paulo de Tarso Venceslau, ex-secretário de Finanças de Campinas e São José dos Campos. Venceslau acusa Teixeira de participar de esquema de corrupção em prefeituras petistas.

Advogado Hécio Cambraia não convence senadores

O advogado Hécio Cambraia Júnior não conseguiu convencer a CPI dos Bingos de que não foi beneficiado com o esquema de tráfico de influência da GTech durante contrato com a Caixa Econômica Federal.

Ele recebeu R\$ 512,5 mil de Walter Santos Neto, que advogou para a GTech e ganhou R\$ 5 milhões com medida cautelar que prejudicou a Caixa.

Os senadores apontam Santos, dono da MM Consultoria, como um “laranja” que teria recebido propina da GTech em renegociação de contrato com a Caixa no final de 2002 e início de 2003.

Na época, a GTech teve várias reuniões com Waldomiro Diniz, ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, e com Rogério Buratti, ex-assessor do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Foi Cambraia que apresentou Santos ao então advogado da GTech Enrico Gianelli. Os senado-

res questionaram o fato de ele não ter assumido a causa milionária – já que a repassou para Santos –, mas ter recebido dele 10% do valor total da causa.

– Eu nunca tinha trabalhado com uma causa dessa, não ia me arriscar a pegar para ver se acertava. Indiquei Neto porque ele já havia obtido sucesso em causa semelhante – afirmou Cambraia, que explicou que os depósitos feitos após o repasse da GTech para Santos não estão relacionados com o caso. Disse ainda que teria emprestado de Santos R\$ 302 mil e que devolveu em depósito R\$ 256 mil.

Para José Jorge (PFL-PE), “não dá para acreditar que a MM Consultoria tenha recebido R\$ 5 milhões por uma única cautelar”.

– Diante das mentiras, vou apresentar requerimento para que seja realizada acareação entre Cambraia, Santos e Gianelli – anunciou Magno Malta (PL-ES).

CRISE POLÍTICA Câmara aguarda decisão do Supremo, que pode adiar votação em Plenário do processo contra Dirceu

Renan: STF não deve interferir em calendário



Em referência à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito do processo de cassação do deputado José Dirceu (PT-SP), o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que o Judiciário não pode interferir no calendário do Legislativo.

– O Congresso é que faz seu calendário, não é o STF. Se, por um lado, é necessário obedecer ao processo legal, por outro, essas decisões não podem parecer protelação. É preciso harmonizar



Contrário às ingerências externas, Renan acha que adiamentos na votação de processos contra deputados frustram a sociedade

esses dois aspectos – declarou.

A expectativa da sociedade não pode ser frustrada. Por isso o Congresso, disse o senador,

tem-se firmado cada vez mais junto à opinião pública, pela profundidade das investigações e a seriedade das decisões.

Data de votação ainda está em suspenso

O julgamento de mandado de segurança impetrado pelo deputado José Dirceu junto ao STF foi suspenso quando a votação estava empatada em 5 a 5. Dirceu quer a reinquirição de testemu-

nhas de acusação no Conselho de Ética da Câmara. A decisão do STF só virá com o voto do ministro Sepúlveda Pertence.

A votação causou reações. “É um insulto”, disse o deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL). Já o presidente do Conselho de

Ética, Ricardo Izar (PTB-SP), reafirmou que o colegiado tem agido com “independência”.

Enquanto aguarda o STF, o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, manteve para esta quarta-feira o julgamento de Dirceu no Plenário. (Com Agência Câmara)



Com as ações no STF, José Dirceu já adiou a votação do processo em quase um mês

Senadores apontam crise entre Poderes

Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que o Congresso não pode deixar que o julgamento do deputado José Dirceu se torne uma crise entre Poderes. O senador defendeu o diálogo entre o Congresso e o Supremo Tribunal Federal. “Não podemos agir contra as evidências”, declarou.

Já o presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), que luta, no STF, pela quebra de sigilos bancário e fiscal de corretoras e fundos de pensão, afirmou que a crise está deixando

de ser política e se estabelecendo entre os Poderes.

– Respeito o Supremo, mas está na hora de conversar. As coisas estão chegando a uma situação quase insustentável – assinalou.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), advertiu que todos os envolvidos no escândalo poderão ser absolvidos.

– Está aberto um perigoso caminho que poderá desembocar em uma aliança da impunidade – observou.

Jefferson Péres critica Nelson Jobim

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) criticou os cinco ministros do STF que votaram pela suspensão do processo disciplinar contra o deputado José Dirceu. A censura se dirigiu em especial ao presidente do Supremo, Nelson Jobim.

– Vivemos em um regime anti-republicano, que já atingiu os três Poderes. O STF viveu um dia infeliz, em que ministros se apegaram a um formalismo do

Código de Processo Penal para justificar a suspensão de um processo que é parlamentar, não judicial – disse, apontando para uma “intervenção indevida”.

Ele informou que formulará proposta para retirar do presidente da República o poder de indicar os integrantes do STF.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), informou que seu partido obstruirá a votação do Orçamento de 2006 até que Dir-

ceu seja julgado pela Câmara.

– Não me intrometo em decisões do STF ou da Câmara. Mas o Senado participa das decisões do Congresso – afirmou, dizendo ser “ilegítimo” um parlamentar “eivado de suspeições” votar o Orçamento.

Já o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) defendeu o direito de Dirceu de recorrer ao STF para manter o mandato. “É prerrogativa de todo cidadão”, sustentou.

Amir Lando lamenta fim da CPI do Mensalão

O senador Amir Lando (PMDB-RO) lamentou o “sepultamento forçado” da CPI do Mensalão, que terminou sem a aprovação de um relatório final. A CPI, que foi presidida pelo senador, teve seus trabalhos encerrados no dia 17 de novembro, sem acordo entre as lideranças da Câmara para prorrogar o funcionamento da comissão.

Para Amir Lando, o que aconteceu foi inconcebível.

– Uma comissão parlamentar de inquérito é uma delegação do Congresso Nacional com poderes jurisdicionais e que tem o direito e o dever de investigar os fatos em nome de toda a nação. Nenhum parlamentar pode se furtar ao dever de buscar a verdade. No entanto, não quiseram cortar na própria carne – protestou.

Na avaliação do senador, era perfeitamente possível que a CPI chegasse ao seu fim com êxito, pois o objeto e os fatos

estavam identificados. Segundo ele, faltavam apenas alguns passos para desvendar quem recebeu os recursos do esquema de corrupção que teria tido como coordenador o ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores Delúbio Soares e como operador o publicitário mineiro Marcos Valério Fernandes de Souza.

– Há outras comissões atuando. Os caminhos já estão apontados. Basta percorrê-los com determinação e compromisso com o interesse público – pediu.

Amir Lando disse que “só os deuses estão imunes ao fracasso”, mas observou que, agora, o Congresso Nacional terá que repensar o próprio destino do país, além de reavaliar conceitos como vergonha, reputação, imagem pública, justiça e respeito pelo outro.

– Eu me rendo. A história haverá de cobrar – concluiu Amir Lando, que recebeu cumprimentos dos colegas.

João Paulo admite saque, mas nega irregularidades

O deputado João Paulo Cunha (PT-SP) afirmou ao Conselho de Ética da Câmara que não houve irregularidades no contrato de publicidade da Câmara com a SMP&B, não é amigo de Marcos Valério, não fraudou mecanismos para alterar resultados de votações nem omitiu ou mentiu nos processos.

Ele confirmou, entretanto, que sacou R\$ 50 mil da conta de Valério no Banco Rural por orientação do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares.

Segundo ele, o dinheiro foi usado para pagar pesquisas eleitorais, mas não declarou os gastos. Para João Paulo, como já era da base do governo, não faz sentido ser acusado de participar da compra de votos.

O relator do processo de cassação de João Paulo, Cezar Schirmer (PMDB-RS), questionou as notas fiscais emitidas pelo instituto de pesquisa Data-vale para justificar os gastos. As



João Paulo diz que os R\$ 50 mil que sacou pagaram pesquisas em SP

notas têm números seqüenciais, apesar de emitidas em um período de quatro meses.

Apesar de Valério ter dito que tinha relação de amizade com ele, João Paulo só admite mais contatos profissionais com o empresário em 2003. João Paulo apresentou contrato feito entre PT e SMP&B, no valor de R\$ 150 mil, pagos em três cheques. (Com Agência Câmara)

Genu isenta Pedro Henry de saques no valerioduto

Interrogado por Orlando Fantazzini (PSOL-SP), relator do processo contra o deputado Pedro Henry (PP-MT), o assessor da liderança do PP João Cláudio Genu declarou no Conselho de Ética que foi autorizado pelo presidente do partido, deputado Pedro Corrêa (PE), e pelo líder da bancada, José Janene (PR), a efetuar saques de R\$ 700 mil nas contas de Marcos Valério no Banco Rural. Genu isentou de participação o ex-líder da bancada Pedro Henry. Segundo o assessor, os recursos pagaram os advogados do deputado Ronivon Santiago (PP-AC). (Com Agência Câmara)

Brant nega relação com esquema do "mensalão"

O deputado Roberto Brant (PFL-MG) negou no Conselho de Ética qualquer relação com o valerioduto. Brant disse inclusive que “não sabia” quem era o empresário Marcos Valério, acusado de operar o “mensalão”. Ele afirmou conhecer apenas o sócio de Valério, Cristiano Paz. Brant é acusado de receber dinheiro das contas das empresas de Valério. Mas explicou que a verba foi doação da Usiminas por meio da SMP&B. O relator da representação, deputado Nelson Trad (PMDB-MS), ressaltou que a lei exige contabilização de recursos. (Com Agência Câmara)

Zulaiê deixa suplência do Conselho de Ética

A deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP) renunciou à vaga de suplente que ocupava no Conselho de Ética por responder a representação do PT por quebra de decoro. O presidente do conselho, deputado Ricardo Izar (PTB-SP), explicou que o afastamento é recomendação regimental. O PT pede a cassação de Zulaiê por acusar o partido de ter mandado assassinar o ex-prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel. O PT lembra que a parlamentar chamou o presidente Lula de “bandidão” e José Dirceu de “chefe de quadrilha”. (Com Agência Câmara)

Assinatura suspeita adia processo contra Onyx

O presidente do Conselho de Ética, deputado Ricardo Izar (PTB-SP), suspendeu o processo disciplinar contra o deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS), para verificar a autenticidade da assinatura do ex-presidente do PT Tarso Genro na representação. Durante a suspensão, o prazo do processo não será contado. Segundo reportagem da revista *Veja*, perícia comprovaria fraude na assinatura de Tarso Genro. O PT acusa Onyx de ferir o decoro ao divulgar dados sobre sigilo bancário e fiscal de José Dirceu. Onyx o acusara de receber dinheiro do PT sem declarar. (Com Agência Câmara)

CRISE POLÍTICA Economia dominou apresentação na Câmara, mas Palocci não escapou de falar sobre Ribeirão Preto

Dois depoimentos seguidos no Congresso

Uma semana depois de falar à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, esteve na última terça-feira na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, onde respondeu questões sobre as denúncias relacionadas à sua gestão como prefeito em Ribeirão Preto e sobre a economia do país.

Palocci informou que só vai adotar eventuais medidas judiciais contra acusações falsas após deixar o cargo, uma vez que medidas tomadas agora "teriam o peso do Ministério da Fazenda". Ele explicou que não vai processar judicialmente seu ex-assessor na prefeitura de Ribeirão Preto (SP) Rogério Buratti, que o envolveu em denúncias. O líder do PFL na Câmara, Rodrigo Maia (RJ), criticou a decisão do ministro e defendeu que Palocci interpele Buratti, se as declarações do ex-assessor forem falsas.

O ministro defendeu a atual política econômica e disse que ela não

muda enquanto estiver à frente do ministério. Sobre a política de metas de inflação, ele disse que será usada enquanto não houver mecanismos melhores de controle dos preços.

Palocci garantiu que o Tesouro Nacional está liberando os recursos para as emendas parlamentares, mas não conseguiu evitar comentários sobre desavenças com a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. (Com Agência Câmara)



Ministro da Fazenda negou mais uma vez envolvimento em denúncias

Renan propõe "sintonia fina" na política econômica nacional

O presidente do Senado, Renan Calheiros, sugeriu a realização de uma "sintonia fina" na política econômica, para ajustá-la à realidade do país. Renan observou, no entanto, que a alternativa não é "a ganância e o desequilíbrio fiscal". Ele frisou que a política econômica tem acertos e que é preciso "encontrar um meio-termo".

Sobre a pressão que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, vem sofrendo dentro do próprio governo, Renan disse que isso "é um equívoco, pois a política econômica produziu resultados e pode produzir mais ainda". Para Renan, "quem pensa que essa política já deu o que tinha que dar, está redondamente enganado".

Senadores questionam postura com relação ao ministro da Fazenda

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) indagou até quando o país terá que viver em função das denúncias contra o ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) defendeu a postura de seu partido no depoimento do ministro na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE),

que se restringiu a questões relacionadas à economia do país.

Já o senador José Jorge (PFL-PE) constatou que o discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na última segunda-feira, quando disse que a política econômica "é do governo", acabou prejudicando o ministro da Fazenda.

José Jorge: Lula não cumpriu promessas

"Torna-se cada vez mais difícil para o governo tentar esconder o que a sociedade percebe cada vez com mais clareza: existe corrupção no governo do PT e a verdade brota a cada audiência das CPIs." A constatação é do senador José Jorge (PFL-PE) durante discurso no qual criticou o presidente Lula por não ter cumprido as promessas públicas de campanha constantes no documento "Combate à Corrupção: Compromisso com a Ética".

Simon defende ética na política

Ao comentar a realização do seminário "Resgatando a Dignidade: Ética, Estado e Sociedade", organizado pelo *Jornal do Brasil* e pela *Gazeta Mercantil*, que aconteceu na última segunda-feira no Rio de Janeiro, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu o resgate da ética na atuação política e na sociedade brasileira. "O que me leva a continuar na política é só uma coisa: tenho vergonha de sair porque parece que estou fugindo", disse Simon.

Proposta quer inibir caixa dois na eleição



O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Mário Velloso, entregou na última segunda-feira ao presidente do Senado, Renan Calheiros, proposta destinada à revisão dos delitos eleitorais e dos processos abertos em decorrência de crimes dessa natureza. O objetivo das mudanças é inibir a prática de caixa dois nas campanhas eleitorais. Para condenados à restrição de liberdade por esse crime eleitoral, a pena mínima será de três anos de prisão, podendo chegar a seis.

– Se havia possibilidade de o infrator safar-se pela prescrição, com a pena mínima de três anos isso não será mais possível – observou Velloso.

A mudança que amplia as chances de prisão está entre as medidas que exigem alterações na legislação eleitoral no Congresso. Se aprovada a tempo, podem valer, segundo o ministro, já nas próximas eleições.



O ministro do TSE, Carlos Velloso, defende proposta de revisão dos delitos eleitorais e dos processos abertos no Judiciário

Isso porque não altera normas do processo eleitoral. Outras medidas vão ser implementadas por instruções do próprio TSE.

A proposta também prevê que as contas dos candidatos possam ser reabertas a qualquer tempo, até o término do mandato, o que ele diz ser praticamente impossível nas condições atuais.

Velloso informou que o endurecimento das regras pode inclusive levar a auditorias nas empresas doadoras e nos parti-

dos assim que surgirem indícios de movimentação de recursos via caixa dois.

– Eu penso que as empresas que fazem doação devem declarar quanto doaram porque podem se envolver depois em grandes dificuldades – alertou. O ministro admitiu que as mudanças, na esteira das denúncias de caixa dois sob investigação do Congresso, traduz a necessidade de se oferecer uma satisfação à sociedade.

Comissão aprova PEC do processo eleitoral

A Comissão Especial do Processo Eleitoral aprovou na última quarta-feira o substitutivo do deputado Marcelo Barbieri (PMDB-SP) à proposta de emenda à Constituição (PEC 446/05) que adia de 30 de setembro para 31 de dezembro de 2005 o prazo para alterações no processo eleitoral do ano que vem. Como única alteração ao texto do relator, foi mantida a verticalização das coligações. Com isso, nas eleições de 2006, os partidos que se coligarem em nível nacional terão que fazê-lo também em nível estadual, regra definida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2002. O substitutivo engloba os principais pontos da reforma eleitoral: a instituição de listas preordenadas ou fechadas nas eleições proporcionais, a adoção do financiamento público exclusivo de campanha e o estímulo à fidelidade partidária. O relator aproveitou medidas propostas no Projeto de Lei 2.679/03 e ainda incluiu no substitutivo alguns itens do PLS 5.855/05, do Senado, com regras mais rígidas para reduzir os custos de campanhas. (Com Agência Câmara)

Presidente do Senado sugere projeto de lei

O presidente do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros, defendeu que a proposta que lhe foi encaminhada pelo ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Carlos Mário Velloso, para inibir a prática do chamado caixa dois, seja transformada em projeto de lei do Senado (PLS). Renan espera que os líderes da Casa se manifestem sobre a proposta. Se for acolhida, o projeto começará a tramitar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Entre outras coisas, o TSE propõe que, nos casos em que o Código Eleitoral determinar penas de perda de liberdade, a pena mínima seja de três anos, podendo chegar a seis. Na atual legislação está prevista uma pena máxima de cinco anos, sendo que, com os diversos atenuantes, muitas vezes as pessoas condenadas não chegam a ir para a cadeia. O tribunal também sugere que as contas dos candidatos possam ser abertas a qualquer momento, até o término do mandato dos eleitos. Outra alternativa é o aumento das multas a serem pagas por partidos e candidatos que infringirem a legislação.

ACM nega ação para impedir CPI

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) repudiou informação divulgada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, de que ele estaria ajudando a impedir a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito na Assembléia Legislativa da Bahia para investigar denúncias de irregularidades na Bahiatursa. – Quero apurar tudo em todos os lugares, principalmente na Bahia – afirmou o senador.

César Borges alerta para discurso de Lula

César Borges (PFL-BA) criticou o presidente da República, que, para o senador, vem adotando um "discurso monopolista". Segundo afirmou, Lula faz jogo duplo visando a sua reeleição, ao manter a política neoliberal de economia do governo passado e, simultaneamente, concordar com a oposição, dando margem a que integrantes do seu gabinete critiquem a linha adotada pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Antero: presidente está sem autoridade

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) afirmou na sexta-feira que o presidente Lula está perdendo a autoridade. O senador comentou a posição contrária, manifestada publicamente, do ministro da Previdência Social, Nelson Machado, em relação à eliminação das filas nos postos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Em entrevista, Lula prometeu acabar com as filas até abril de 2006, como lembrou Antero, e o ministro, na mesma entrevista, afirmou que não há como eliminá-las.

SEMINÁRIO CAE e Aloizio Mercadante promovem seminário na passagem do primeiro ano da morte do economista

Herança de Celso Furtado em debate



Celso Furtado, considerado um dos maiores economistas brasileiros do século 20, teve sua obra destacada no seminário "A Atualidade do Pensamento de Celso Furtado sobre o Desenvolvimento", promovido pelo Senado na quinta e na sexta-feira passadas. A realização do evento foi motivada pela passagem de um ano da morte do economista, ocorrida em 20 de novembro de 2004.

Para o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), o objetivo do seminário foi estabelecer um

"ambiente de reflexão" em torno do legado de Celso Furtado. O evento foi promovido pela CAE por requerimento do senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Participaram da abertura dos debates os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, e o ministro Luiz Dulci, da Secretaria Geral da Presidência da República, que representou o presidente Lula.

O evento discutiu as teorias econômicas de crescimento e desenvolvimento regional, com a participação de especialistas como Maria da Conceição Tavares, Luiz Carlos Bresser Pereira, Luiz Gonzaga Belluzzo, Carlos Lessa e Hélio Jaguaribe.

JOSE CRUZ



Em palestra, o senador Aloizio Mercadante (segundo à direita) defendeu ampliação do crédito

Especialistas pedem mudanças econômicas

Durante o seminário sobre as idéias do economista Celso Furtado, o professor de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Luiz Gonzaga Belluzzo defendeu mudanças na legislação brasileira para que o Banco Central tenha entre seus objetivos, além do controle da inflação, a busca do emprego e do crescimento do país.

– O Banco Central tem de agir como instituição pública. Ele não foi criado para trabalhar para o mercado financeiro. Ele está executando uma política monetária estúpida, com juros reais de 14% ao ano – afirmou Belluzzo.

Pouco antes, o ex-ministro da Fazenda e professor da Fundação Getúlio Vargas Luiz Carlos Bresser Pereira sustentara que a opção pela poupança externa, nas décadas de 70 a 90, tornou-se "uma armadilha brutal". Por causa dela, os brasileiros sabem "que terão de arrumar de qualquer maneira 20 bilhões de dóla-

res" ao ano para pagar juros da dívida externa e para sustentar remessas de lucros de empresas estrangeiras instaladas no país.

Já o vice-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Demian Fioca, argumentou que o Brasil atingiu as condições para manter um crescimento sustentado e que o único ponto não resolvido está na infraestrutura. Como o governo vem ampliando os investimentos nessas áreas, "nem se ouve mais a afirmação de que o atual crescimento poderia ser um vôo de galinha", observou.

A professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Maria da Conceição Tavares lamentou que o subdesenvolvimento na América Latina esteja se aprofundando cada vez mais. Isso ocorre, segundo ela, porque as elites do mundo inteiro – e da América Latina em especial – se convenceram do acerto do pensamento neoliberal para gerir os negócios de seus respectivos países. Para a professora, o Brasil é um perfeito exemplo dessa situação de submissão à globalização.

Renan Calheiros fala em favor da recriação da Sudene

O presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu na manhã de quinta-feira a aprovação do projeto de recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em tramitação na Casa. A Sudene foi originalmente criada pelo economista Celso Furtado em 1959, no governo Juscelino Kubitschek, e extinta em 2001, no governo Fernando Henrique Cardoso.

– Não há dúvida de que a missão da Sudene deve ser aperfeiçoada à luz das necessidades atuais. Mas a simples permanência de acentuadas desigualdades regionais já demonstra a atualidade do pensamento e das preocupações de Celso Furtado, bem como justifica a recriação da Sudene – disse Renan na abertura do seminário que discutiu o pensamento do economista, no primeiro ano de sua morte.

Em sua intervenção, o senador Aloizio Mercadante, um dos patrocinadores do evento, apontou a reforma agrária, a ampliação do crédito e a construção de um "grande mercado de consumo de massas" como os próximos desafios na con-



Discípula de Celso Furtado, Conceição Tavares é crítica do neoliberalismo

dução da economia brasileira. Ele ressaltou ainda os avanços obtidos até o momento no setor, ao concluir mesa de debates sobre projetos nacionais de desenvolvimento.

Segundo o senador, a redução da vulnerabilidade da economia brasileira foi a preocupação inicial do governo após a posse do presidente Lula, em 2003. Os resultados nessa área, a seu ver, são promissores. O país saiu de um déficit de transações em conta corrente de US\$ 33,4 bilhões, em 1998, para um superávit de US\$ 13,1 bilhões projetado para 2005, observou.

– Dobramos o volume das exportações, o que foi decisivo para a redução da nossa vulnerabilidade externa – afirmou Mercadante.

Ator da economia nacional no século 20

MÁRCIO DE OLIVEIRA JÚNIOR

Poucos intelectuais influenciaram tanto a vida brasileira no século passado quanto Celso Furtado. Na Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), contribuiu para a formação da única escola de pensamento econômico surgida no Terceiro Mundo, que apregoava a industrialização, via substituição de importações, como forma de superar o subdesenvolvimento.

Como presidente do Grupo Misto Cepal-BNDE, ajudou a elaborar um amplo estudo sobre

a economia brasileira, cujo relatório final constituiria a base do Plano de Metas do governo JK. A substituição de importações, a despeito de alguns problemas, transformou o Brasil. O país, num curto período de 50 anos, deixou a condição de economia simplesmente agrícola para tornar-se uma das maiores economias industriais do planeta. Esse modelo de desenvolvimento, embora esgotado, ainda não encontrou sucessor.

Furtado também conduziu, no final da década de 50, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste,

cujas conclusões inspirariam a criação da Sudene, da qual o economista foi o primeiro superintendente. A Sudene, mesmo consideradas as críticas que lhe podem ser feitas, contribuiu de forma decisiva para que toda a região se conscientizasse do próprio atraso e para que lutasse por alcançar o desenvolvimento. Prova da importância das idéias lançadas por Furtado está em que, ainda hoje, o Congresso discute a recriação da Sudene.

Márcio de Oliveira Júnior é consultor legislativo do Senado Federal na área de Política Econômica.

A vida e a obra de um grande mestre

Celso Monteiro Furtado nasceu em Pombal, na Paraíba, no dia 26 de julho de 1920. Formado em Direito pela Universidade do Brasil (atual UFRJ), em 1944, tornou-se doutor em Economia pela Sorbonne, de Paris, e pós-doutor pela Universidade de Cambridge, na Inglaterra.

Serviu na Força Expedicionária Brasileira durante a 2ª Guerra Mundial, quando sofreu acidente em missão na Itália.

Entre 1949 e 1957, foi diretor da Divisão de Desenvolvimento da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), agência

das Nações Unidas, no Chile.

Publicou em 1959 o livro *Formação Econômica do Brasil*, uma das principais análises da história econômica brasileira, que se tornaria um clássico.

Ainda em 1959, assumiu a direção da Sudene. Foi o primeiro ministro do Planejamento da história do país (1962-64), pasta que assumiu durante o governo de João Goulart (1961-64). Com o golpe de 1964, foi cassado e exilado.

Leccionou em universidades nos EUA (Yale, Harvard e Columbia), Inglaterra

(Cambridge) e França (Sorbonne), onde foi nomeado professor por decreto do presidente Charles de Gaulle. Após a anistia, em 1979, voltou ao Brasil e, em 1986, assumiu o Ministério da Cultura no governo José Sarney. Em 1997 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras e, em 2003, para a Academia Brasileira de Ciências. Era doutor *honoris causa* por inúmeras universidades nacionais e estrangeiras.

Celso Furtado morreu de colapso cardíaco no Rio de Janeiro, onde morava, no dia 20 de novembro de 2004, aos 84 anos.



Celso Furtado nasceu em Pombal (PB) em 1920 e morreu no Rio em 2004

MARCELO CASAL JUNIOR/ABR

COMISSÕES

Agricultura discute produtos orgânicos

Insumos destinados à agricultura orgânica devem ter processo de registro diferenciado e esse procedimento deve estar explícito nas normas sobre o assunto. Essa opinião foi consensual entre os participantes da audiência pública realizada na semana passada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), a pedido do senador Aelton Freitas (PL-MG).

O senador Delcídio Amaral (PT-MS), que presidiu a reunião, destacou que os ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Meio Ambiente e da Saúde avançaram em relação a estudos e pesquisas na área de produção

de alimentos orgânicos, e que a audiência pública poderá oferecer subsídios para a regulamentação da Lei 10.831/03, sobre a questão.

O gerente-geral de Toxicologia do Ministério da Saúde, Luís Cláudio Meirelles, assegurou que o órgão incentiva a produção orgânica, mas salientou que deve haver controle para garantir menos toxicidade nas mãos do agricultor e na mesa do consumidor.

– Não temos organismos que informem a qualidade dos produtos orgânicos produzidos, se

houve aplicação ou se há algum resíduo de agrotóxico nos alimentos. O sonho é alcançar o modelo europeu, com certificados – disse Meirelles.

Para o coordenador-geral de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, Rogério Pereira Dias, os órgãos envolvidos no tema querem priorizar o registro de produtos orgânicos. "É papel do Estado defender o consumidor dos maus produtos e

o produtor dos maus insumos", declarou.

A representante do Ministério do Meio Ambiente e integrante do Comitê Técnico de Assessoramento

de Agrotóxicos (CTA), Sêrgia Oliveira, defendeu a adoção de produtos alternativos aos agrotóxicos. Para o representante da Brasil-Bio e diretor da Microbiol Indústria e Comércio, Paulo D'Andréa, a quebra de paradigmas implica ações alternativas, até a consolidação da nova técnica. "Todas as situações remetem a ações diferenciadas e a produtos diferenciados, produtos sem *cidas*, que significa morte. Por isso, os insumos precisam ser registrados de forma diferenciada também", afirmou.

Especialistas defendem registro diferenciado dos insumos

Comissões apresentam suas emendas ao Orçamento

As comissões do Senado apresentaram as cinco emendas à proposta orçamentária de 2006 que cada uma tem direito a propor. Essas emendas serão apreciadas na Comissão Mista de Orçamento e, se aprovadas, serão incorporadas à lei orçamentária para 2006.

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo acolheu propostas que, juntas, destinam R\$ 900 milhões aos ministérios do Turismo, da Ciência e Tecnologia, das Cidades e da Defesa.

O apoio ao programa Calha Norte (AM) e a assistência a brasileiros residentes no exterior foram contemplados com R\$ 100 milhões cada nas emendas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que também adotou emendas somando R\$ 993,3 milhões para as Forças Armadas.

A Comissão de Assuntos Econômicos apresentou emenda de R\$ 300 milhões para o Ministério das Cidades e de R\$ 1 bilhão para a Companhia Nacional de Abastecimento, além de R\$ 250 milhões para os ministérios da Ciência e Tecnologia, do Trabalho e Emprego e da Integração Nacional.

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumi-

dor e Fiscalização e Controle aprovou emendas que somam R\$ 873 milhões em recursos para a Agência Nacional de Águas, o Tribunal de Contas da União, a Agência Nacional de Petróleo, a Polícia Federal e a Secretaria Interministerial para os Recursos do Mar.

As emendas acolhidas pela Comissão de Educação, somando R\$ 550 milhões, reservam recursos para as áreas de cultura, educação infantil, ensino profissional, ciência e tecnologia e comunicações. Já as emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária somam R\$ 1,2 bilhão.



Senadores discutem as emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária à proposta do Orçamento da União para 2006

Votação do relatório da CPI da Terra é adiada

A votação do relatório final da CPI da Terra ficou adiada para esta quarta-feira, devido à apresentação, na reunião do dia 24, de voto em separado à matéria, pelo deputado Abelardo Lupion (PFL-PR), além de 13 emendas subscritas pelo deputado Adão Preto (PT-RS) e pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA). O relatório final da CPI da Terra foi apresentado à comissão no dia 22 pelo deputado João Alfredo (PSOL-CE), quando houve pedido de vista coletivo do texto.

O prazo final da CPI vence nesta semana, conforme lembrou o presidente da comissão, senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Para que o relatório seja encaminhado ao Plenário, os avulsos devem ser distribuídos aos congressistas com a antecedência mínima de 24 horas, segundo estabelece o Regimento Comum do Congresso.

Abelardo Lupion explicou que apresentou o voto em separado por discordar de algumas recomendações contidas no documento final, como a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 281/00) da deputada Luci Choinacki (PT-SC) que estabelece o limite da



O presidente da CPI da Terra, senador Alvaro Dias, e o deputado João Alfredo, relator, em reunião que adiou a votação do relatório final

propriedade rural no Brasil em 35 módulos fiscais.

Lupion também disse ser contrário à medida provisória que propõe alterações no Serviço Nacional de Aprendizagem Cooperativista para impedir que entidades representativas dos interesses do patronato rural promovam a administração direta de recursos públicos oriundos de contribuições previdenciárias.

Na avaliação do deputado Jamil Murad (PCdoB-SP), o voto em separado de Lupion contém "propostas graves" que, se aprovadas, contribuirão para o "indiciamento das principais

lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) por crimes de extorsão e formação de quadrilha, além de caracterizar as ações promovidas por entidades ligadas à questão agrária como atos terroristas e crimes hediondos".

A CPI da Terra foi criada no final de 2003 e seus trabalhos já foram prorrogados por três vezes. De acordo com Alvaro Dias, as "divergências de natureza ideológica" entre seus membros vêm sendo administradas para possibilitar a conclusão dos trabalhos da comissão e refletem "um confronto que reside na própria sociedade".

Aprovado na CAE projeto que isenta mototáxi do pagamento de IPI

A compra de motocicleta destinada ao transporte autônomo de passageiro (serviço de mototáxi) pode ficar isenta de cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), segundo projeto do senador Leonel Pavan (PSDB-SC) aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos em

decisão terminativa.

O texto do projeto (PLS 280/04) restringe a isenção às motos de motor entre 120 e 250 cilindradas adquiridas por mototaxista profissional ou cooperativa que presta esse serviço, e que tenham autorização, permissão ou concessão do poder público.

Plenário vai decidir sobre indicação de novo conselheiro para o Cade

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou o nome do engenheiro Abraham Bezaquen Sicsú, indicado pelo Executivo para integrar o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Nascido no Marrocos, Sicsú tem cidadania brasileira. Foram 21 votos favoráveis e um contrário, e a indicação agora vai a Plenário.

Dos seis membros do Cade,

responsável pelo julgamento de processos de infrações à livre concorrência, três foram aprovados pelo Senado este ano e resta uma vaga. A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) destacou que, com a aprovação de Sicsú, o Cade passa a contar com folga de um nome para poder liberar mesmo em caso de impedimento de algum conselheiro.

CAE autoriza empréstimos do Bird para a União e o estado da Bahia

Duas operações de crédito externo junto ao Banco Mundial (Bird) foram autorizadas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A primeira, em favor da União, de US\$ 502,52 milhões, é destinada a compor as reservas internacionais do Brasil, com possibilidade de uso para pagamento de parcelas da dívida externa. O relator na CAE, sena-

dor Ramez Tebet (PMDB-MS), votou pela aprovação. A segunda operação, em favor da Bahia, de US\$ 54 milhões, financiará parcialmente a segunda fase de projeto de combate à pobreza em municípios do interior (Produzir II). O relator foi o senador Luiz Otávio (PMDB-PA). As duas matérias têm pedido de urgência para exame em Plenário.

COMISSÕES

Universidades vão eleger seus reitores

As universidades poderão ter autonomia para definir no seu estatuto o processo de escolha de seus dirigentes. Isso é o que prevê o PLC 95/03, que recebeu parecer favorável da Comissão de Educação (CE) e deverá retornar à Câmara, por ter sido modificado pelo Plenário do Senado.

De acordo com o substitutivo aprovado, serão asseguradas eleições diretas pelo conjunto da comunidade para a escolha dos dirigentes máximos, que deverão ter título de doutor, para um mandato de cinco anos, vedada a reeleição.

O relator, senador José Maranhão (PMDB-PB), diz que o projeto representa “inegável contribuição” à democratização da escolha dos dirigentes universitários.

Ao apoiar a proposta, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) alertou para um erro “grave”, a seu ver, contido no anteprojeto de reforma universitária, em análise no Palácio do Planalto: a sub-



Para José Maranhão, o fim das listas triplíplex significa um avanço

vinculação de 75% das verbas da União destinadas à educação para o ensino superior.

– Isso é um crime – advertiu.

Na mesma linha, o senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG) recordou que a Constituição já garante autonomia às universidades e defendeu maior ênfase ao ensino básico. O

senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) concordou, ponderando que não se deve deixar de lado as universidades. O projeto contou ainda com o apoio dos senadores Roberto Saturnino (PT-RJ) e Gilberto Goellner (PFL-MT).

O senador Gerson Camata (PMDB-ES), presidente da comissão, observou que a proposta foi apresentada há cinco anos pelo deputado Wilson Santos – atual prefeito de Cuiabá – e que poderá levar outros cinco para ser apreciado pela Câmara.

– Não podemos levar dez anos para tomar uma decisão importante como essa – afirmou.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) concordou com Camata e recordou que projeto de sua autoria, regulamentando a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, tramita há 15 anos na Câmara.

Pode ser ampliado o acesso ao ProUni

As bolsas excedentes do Programa Universidade para Todos (ProUni) poderão ser destinadas a estudantes que tenham cursado parcial ou totalmente o ensino médio em escolas privadas, na condição de bolsistas parciais. É o que estabelece projeto de lei (PLS 260/05) apresentado por Sérgio Zambiasi (PTB-RS), aprovado por unanimidade em decisão terminativa da Comissão de Educação (CE).

Segundo o relator, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), 112 mil bolsas foram oferecidas pelo ProUni em seu primeiro ano, das quais 107 mil foram utilizadas. O excedente inicial foi de 5 mil bolsas e, após a segunda rodada de inscrição, no sistema de cotas para afrodescendentes e índios, teriam sobrado 45% de

vagas parciais.

– O excedente é inadmissível no nosso país, onde as chances de acesso dos estudantes pobres à educação superior são minúsculas – afirmou Cristovam, que considerou a proposta um aperfeiçoamento do ProUni.

Ao agradecer a aprovação de seu projeto pela comissão, Zambiasi disse que o texto procurava corrigir um erro inicial do programa, que deixou milhares de jovens de fora das universidades. “É uma questão de justiça”, definiu.

Novas unidades de ensino e concessões

A CE aprovou ainda, em decisão terminativa, dois projetos que autorizam o Poder Executivo a criar novas unidades de

ensino. O primeiro deles (PLS 171/03), do senador Leonel Pavan (PSDB-SC), permite a criação da Universidade Federal do Oeste Catarinense. O segundo (PLS 156/05), do senador Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC), autoriza o governo a fundar a Escola Agrotécnica de Rio Branco (AC).

A comissão aprovou também parecer favorável a 15 projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio e televisão e decidiu ainda promover audiência pública sobre projeto (PLS 287/05) que institui mudanças na Lei Rouanet, de incentivo à cultura. A iniciativa foi dos senadores Cristovam Buarque e Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG).

Pena para crime de discriminação

Projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que define os crimes de discriminação e preconceito em razão de raça, cor, etnia, religião ou origem (PLS 309/04) foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), por unanimidade e em decisão terminativa, e será remetido à Câmara. De acordo com a proposta, poderá ser punido com reclusão de um a três anos, e multa, o ato de fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos ou propaganda que induzam ao nazismo.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) destacou em seu relatório, lido pela senadora Fátima Cleide (PT-RO), que a pluralidade cultural e as tradições ancestrais da sociedade brasileira serão protegidas pela legislação penal.

Outro projeto de Paulo Paim, também aprovado na CDH, incluiu os hospitais entre as entidades obrigadas a oferecer atendimento prioritário a pessoas com deficiência, idosos, gestantes, lactantes e pessoas com crianças de colo. Flexa Ribeiro (PSDB-PA), relator da matéria, apresentou

substitutivo ao PLS 181/03, para incluir postos de saúde e clínicas de exames ambulatoriais. O texto volta à comissão para nova votação, em decisão terminativa.

A CDH aprovou ainda proposta do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) que isenta do pagamento de taxas bancárias pessoas com mais de 60 anos que recebam até um salário mínimo como aposentadoria da Previdência Social. Os maiores de 70 anos, independentemente do valor de seus proventos ou da forma de remuneração, também foram beneficiados com emenda apresentada pelo relator, senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE). A decisão foi em caráter terminativo.

Foram aprovadas cinco emendas ao projeto de Orçamento de 2006, no valor de R\$ 761,7 milhões. Os recursos destinam-se à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; à Subsecretaria de Direitos Humanos; à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente; e ao Fundo Nacional de Assistência Social.

Lei do Audiovisual: incentivos até 2016

Os incentivos fiscais contidos na Lei do Audiovisual poderão ser prorrogados até 2016, de acordo com projeto de lei apresentado por Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e aprovado por unanimidade, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação (CE). Se não houver recurso para o Plenário, o projeto (PLS 361/05) será enviado à Câmara.

Sérgio Cabral observou que a medida é defendida por todos os envolvidos e que, caso a decisão não seja tomada com rapidez, o setor poderá enfrentar graves problemas na captação de novos investimentos.

– A comissão sai mais uma vez na frente e demonstra vitalidade, ao garantir a prorrogação de um instrumento que

permitiu ao cinema brasileiro renascer das cinzas – afirmou.

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) disse que esperava que a iniciativa de renovar os incentivos partisse do governo, advertindo que os investidores já estão cautelosos, à espera da possível prorrogação.

Na opinião do relator do projeto e presidente da CE, senador Gerson Camata (PMDB-ES), o crescimento do cinema brasileiro nos últimos anos deve-se ao aumento dos investimentos por meio dos incentivos fiscais.

Para Cristovam Buarque (PDT-DF), a Lei do Audiovisual já mostrou resultados. Na presidência, enquanto Camata apresentava seu parecer, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) elogiou Sérgio Cabral pela iniciativa.



Sérgio Cabral é o autor da proposta de prorrogar instrumento que permitirá mais investimentos no cinema brasileiro

Inclusão de produtoras de teatro no Simples em debate

O contingenciamento dos recursos destinados ao Ministério da Cultura, especialmente no que se refere às artes cênicas, e a inclusão de produtoras de teatro no Simples, regime simplificado de pagamento de tributos, serão debatidos em audiência pública da Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social.

O requerimento para a audiência – marcada para quarta-feira – foi apresentado pelo senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), presidente da subcomissão.

Deverão participar do debate representantes dos ministérios da Fazenda e da Cultura

e associações de produtores teatrais. O senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE), que presidiu parte da reunião, elogiou Sérgio Cabral por sua “luta a favor do cinema e do teatro brasileiros”.

Orçamento

O total de emendas da CE ao Orçamento de 2006 é de R\$ 2,36 bilhões, dos quais R\$ 100 milhões para a Funarte; R\$ 1,28 bilhão para a educação infantil; R\$ 680 milhões para a educação profissional; R\$ 100 milhões para as universidades federais; e R\$ 200 milhões para o desenvolvimento de tecnologias de telecomunicações.

Dois diretores indicados para a Aneel são aprovados em comissão

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) do Senado aprovou dois novos diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel): Joisa Campanher Dutra e Edvaldo Alves de Santana. Os nomes ainda serão submetidos ao Plenário.

Edvaldo Santana disse que o

contingenciamento prejudica a atuação das agências e admitiu que pode haver crise no fornecimento em 2009 e 2010, caso não haja alternativas de usinas e linhas de transmissão. Joisa Campanher garantiu “ainda haver tempo para impedir um novo apagão”.

Definido o rito da ampla defesa do mandato de João Capiberibe

Após muita polêmica, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na quarta-feira parecer de Edison Lobão (PFL-MA), favorável ao rito estabelecido pela Mesa do Senado para a ampla defesa de João Capiberibe (PSB-AP).

Ele terá cinco dias úteis para

apresentar defesa escrita à Mesa. Esgotado esse prazo sem a defesa, o presidente do Senado nomeará defensor dativo para oferecê-la nos próximos cinco dias úteis. Após a defesa, o relator designado terá cinco dias para submeter seu relatório e voto à análise da Mesa.

Presidência



Os exportadores brasileiros querem liberalizar o movimento de capitais e as operações de câmbio no país. Essa é a principal medida proposta por meio de um anteprojeto de reforma de legislação cambial entregue na sexta-feira ao presidente do Senado, Renan Calheiros, durante o encerramento do 25º Encontro Nacional de Comércio Exterior (Enaex), no Rio de Janeiro. O documento foi entregue pelos presidentes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Paulo Skaf, e da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, Roberto Giannetti da Fonseca.

Os principais pontos propostos pelos empresários são o fim do registro de capital estrangeiro no Banco Central (BC) e a eliminação da obrigatoriedade de converter em reais divisvas obtidas nas exportações. Para o controle das transações, apenas instituições autorizadas pelo BC poderiam realizar a compra e a venda de moedas. Com isso, os empresários esperam diminuir os custos das exportações.

Ao apoiar a iniciativa, Renan frisou a necessidade de reduzir os entraves burocráticos para ampliar a participação brasileira nas exportações mundiais.

Parlatino condecora Renan Calheiros

Na abertura da XXI Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), ocorrida na sexta-feira em São Paulo, o presidente do Senado, Renan Calheiros, foi agraciado com a Ordem do Mérito Latino-Americano, no grau Gran Colar, homenagem concedida àqueles que contribuíram para a integração da América Latina e o Caribe. Segundo o presidente do Parlatino, deputado Ney Lopes (PFL-RN), a condecoração corresponde ao mais elevado grau da ordem. O presidente da Câmara, Aldo Rebelo, também recebeu o Gran Colar. A condecoração foi criada no ano passado, em comemoração aos 40 anos

da instituição. Segundo Ney Lopes, o Parlatino tem como objetivo fundamental a preservação da democracia, da governabilidade e da estabilidade dos partidos políticos e a busca da integração.

Em seu discurso de agradecimento, Renan ressaltou a luta desenvolvida pelo Parlatino em defesa do desenvolvimento econômico, da justiça social e da democracia no continente.

O senador frisou que a aproximação e a harmonização legislativa entre todos os países da América Latina são condições essenciais para fortalecer as instituições políticas e alcançar a plena integração.

Senado homenageia Afonso Arinos

Em sessão especial realizada na quarta-feira, o Senado homenageou o senador e chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, por ocasião da celebração do centenário de seu nascimento. Ele faleceu em 1990, com 85 anos de idade, sempre trabalhando ativamente como senador pelo PSDB.

A sessão reuniu o embaixador Afonso Arinos de Melo Franco Filho, o sub-procurador da República Antonio Fonseca, a sub-procuradora Maria Caetana Santos, o embaixador Antonio Patriota, representante do Ministério das Relações Exteriores, José Carlos Aleixo, representante da Associação de Escritores de Brasília, o ex-procurador-geral da República Geraldo Brindeiro e representantes de numerosas associações de defesa da igualdade racial.

Ao abrir a solenidade, o presiden-

te do Senado, Renan Calheiros, destacou a figura de humanista e defensor dos direitos humanos que foi Afonso Arinos, tendo sido autor da primeira lei contra a discriminação racial. Marco Maciel (PFL-PE), autor do requerimento para a homenagem, definiu Afonso Arinos como um humanista provido de luz, capaz de enxergar que o homem necessita de liberdade, pão e espírito, justiça, paz e solidariedade.

Também pronunciaram-se a respeito do político, advogado e jornalista Afonso Arinos os senadores José Sarney (PMDB-AP), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Paulo Paim (PT-RS), Roberto Saturnino (PT-RJ) e Ramez Tebet (PMDB-MS).

Ao encerrar a sessão solene, o senador Garibaldi Alves (PMDB-

PLENÁRIO

Maior rigor contra álcool no trânsito

O Código de Trânsito Brasileiro vai ter penas aumentadas no que se refere a motoristas que cometerem crime culposo (sem intenção de matar) quando estiverem sob efeito de álcool ou drogas. A mudança, proposta em projeto de lei da Câmara (PLC 87/03), foi aprovada pelo Plenário do Senado na quarta-feira. Testemunho do guarda de trânsito ou outras provas legais poderão ser base para a pena, mesmo que o motorista se recuse a fazer o teste de embriaguez.



Projeto acatado pelo Plenário está na Mesa, para redação final, e depois será enviado à sanção do presidente da República

Projeto fixa datas para segmentos étnicos

O Plenário aprovou projeto de lei que fixa datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos do país. A proposta (PLS 105/04), de Roseana Sarney (PFL-MA), trata da regulamentação do artigo 215 da

Constituição e pretende recordar a integração cultural formadora da sociedade brasileira, composta pelo índio autóctone, branco europeu e negro africano. O projeto segue agora para a Mesa da Casa para redação final.

Penas para produção de armas químicas

Fica sujeito a penas de reclusão de um a 10 anos o descumprimento da Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas (Cpaq), conforme projeto de lei da Câmara (PLC 26/98) aprovado pelo Senado.

União pode pagar servidores de RO

Foi enviada ao exame da Câmara após aprovação dos senadores, em 2º turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC 87/03) que vai permitir que várias classes de servidores públicos civis do ex-território federal de Rondônia passem a ter seus salários pagos pelos cofres da União. A PEC é da senadora Fátima Cleide (PT-RO).

COOPERAÇÃO - Foram acolhidos dois projetos de decreto legislativo (PDLs 356 e 364/05) que tratam, respectivamente, da cooperação entre os governos brasileiro e chinês para o desenvolvimento de satélites e da cooperação e assistência jurisdicional entre os países do Mercosul, a Bolívia e o Chile.

COURO E DERIVADOS - O Plenário aprovou parecer do Senado a projeto da Câmara que dispõe sobre as condições exigíveis para a identificação do couro e das matérias-primas sucedâneas, utilizados na confecção de calçados e artefatos. A matéria vai à sanção presidencial.

TURISMÓLOGO - A profissão de turismólogo - aquele que tem curso superior em Turismo ou que vem exercendo a profissão de maneira ininterrupta há pelo menos 12 meses até a publicação da lei - foi regulamentada em projeto de lei da Câmara (PLC 24/05) aprovado pelo Plenário e vai à sanção presidencial.

AEROPORTOS - A Medida Provisória 260/05, que destina R\$ 350 milhões para a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) utilizar em obras de melhorias nos aeroportos brasileiros, foi acatada pelos senadores sob a forma de projeto de lei de conversão.

IRRIGAÇÃO - Em votação simbólica, o substitutivo do senador Pedro Simon (PMDB-RS) ao projeto que institui a Política Nacional de Irrigação (PLS 229/95) foi acolhido pelo Plenário. O objetivo é promover o crescimento e a modernização da atividade agrícola, ao mesmo tempo que se busca preservar os recursos hídricos e o solo. O projeto original foi apresentado pela Comissão Temporária do Vale do Rio São Francisco há dez anos.

IMÓVEIS RURAIS - O governo federal foi autorizado pelos senadores a contratar empréstimo de US\$ 10,8 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil, a ser implementado em 105 municípios selecionados nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais e São Paulo.



Chanceler Afonso Arinos de Melo Franco foi também senador

RN) fez entrega de exemplares da Biblioteca Básica Brasileira, editada pelo Senado, ao filho do homenageado. Afonso Arinos de Melo Franco Filho disse que o pai "amava o Senado".

- De tudo o que tem sido feito no Brasil em homenagem ao centenário dele, nada poderia lhe ter dado mais prazer. Ele representou o povo nesta Casa por 12 anos. É uma alegria para mim estar aqui hoje, representando-o - afirmou.

PLENÁRIO

Um basta na violência contra as mulheres

ela passagem do Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher, na sexta-feira, o senador Delcídio Amaral (PT-MS) cobrou do Congresso, em discurso no Plenário, uma atuação mais firme no enfrentamento desse mal. Ele afirmou que só a educação e a lei podem ajudar no surgimento de um novo homem, de uma nova consciência masculina em favor

das mulheres.

Delcídio citou números alarmantes de agressões ao sexo feminino: metade das mulheres assassinadas no mundo foi morta por seus companheiros. Informou ainda que, a cada 15 segundos, uma mulher é agredida no Brasil.

– A violência contra a mulher é a covardia do mais forte, uma injustiça do que se vale da força

física – disse.

O senador ressaltou a importância da emancipação feminina – segundo ele, o mais significativo avanço social do século 20. Ele lembrou que a mulher passou de um papel antes submisso para uma nova postura, mas que ainda sofre. Em aparte, Edison Lobão (PFL-MA) enfatizou a necessidade de se combater a violência em todos os setores.



Cristovam ressalta que as mulheres, que acumulam função de trabalhadoras e donas-de-casa, sofrem mais com a pobreza

Desigualdade salarial agride direitos, afirma Cristovam

"É preciso dar um basta nessa situação", afirmou o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ao sugerir uma reflexão sobre as agressões cometidas diariamente contra o sexo feminino.

Além da violência física, psicológica e sexual, observou, há a violência social e econômica, que se reflete na desigualdade dos salários. "As taxas de emprego são menores entre as mulheres, mesmo quando elas desenvolvem as mesmas funções dos

homens", lamentou.

Na avaliação do senador, o sofrimento decorrente da desigualdade social e da pobreza afeta sobretudo as mulheres, que, na maioria das vezes, acumulam as funções de trabalhadoras e donas-de-casa.

– Os homens sofrem também, mas quando a criança está sem escola quem mais sofre é a mãe, que está mais diretamente envolvida com a educação da criança – assegurou.

Saga de uma catadora de lixo abre campanha

A campanha 16 Dias de Ativismo pelo fim da Violência contra as Mulheres foi aberta no Senado, com a exibição do filme *Estamira*. O diretor, Marcos Prado, e a protagonista estavam presentes. O filme mostra o cotidiano da catadora de lixo Estamira, de 63 anos. Ela trabalha há mais de 20 anos no aterro sanitário de Jardim Gramacho, no Rio, tem problemas de saúde, enfrenta dificuldades de atendimento médico e lidera a comunidade. Serys Shessarenko (PT-MT), que promoveu o evento, chorou ao pedir desculpas, "em nome das autoridades", à catadora de lixo. – Temos uma dívida gigantesca com as Estamiras da nossa sociedade – disse.

Crise aumenta agressões domésticas, adverte Iris

Maiores vítimas de problemas econômicos, as mulheres acabam sofrendo fisicamente as consequências das frustrações dos homens da família. A observação foi feita pela senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), em discurso no Plenário por ocasião do Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher. Ao comentar o grande número de casos de violência doméstica, ela pediu mais ações que garantam o princípio constitucional de igualdade entre os sexos.

Iris de Araújo acredita que a globalização nada ou quase nada trouxe de positivo para a maioria das mulheres brasileiras. "Trouxe, sim, desemprego", acrescentou. Iris afirmou que não é preciso ir à África ou ao Afeganistão para ver mulheres em situações difíceis. "Basta olhar em torno e ver a vida triste de muitas mulheres brasileiras", disse.

Osmar cobra mudança no Primeiro Emprego

O governo precisa alterar o programa Primeiro Emprego para reduzir as possibilidades de envolvimento dos jovens com a violência, sugeriu no Plenário o senador Osmar Dias (PDT-PR). O objetivo, segundo ele, deve ser o estímulo à aprendizagem profissional no ambiente de trabalho.

– Quem vê a propaganda do governo diz que está tudo bem, mas os pais não dormem enquanto os filhos não chegam em casa.

Osmar lamentou o fato de Curitiba, que ocupava a 18ª posição no ranking da violência, estar agora na 6ª posição. Essa "evolução", de acordo com o senador, coincide com o desaquecimento da economia, o aumento do desemprego e a queda da renda do trabalhador.

Para José Jorge, Enem é desperdício de dinheiro

Um desperdício de dinheiro público – assim o líder da Minoria, José Jorge (PFL-PE), classificou os gastos com a elaboração e aplicação das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O senador salientou que, de acordo com informações do presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Reynaldo Fernandes, o exame é feito para comparar o desempenho dos estudantes de uma mesma edição, e os participantes do Enem não constituem uma mostra de população bem-definida. Para o senador, se não houver dados que representem um período histórico confiável, não será possível avaliar o processo educacional brasileiro.

– Como professor universitário de Estatística, não entendo que serventia tem um exame que não constitua uma amostra estatisticamente representativa da população e que não possa

ser comparado ano a ano – observou.

Ele declarou ainda que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva demonstra "pouco-caso com a educação nacional", pois o ministro da Educação e o presidente do Inep são substituídos freqüentemente. Segundo José Jorge, essas substituições, além de trazer alterações nas prioridades, tumultuam os programas na área educacional.



José Jorge afirma que exame não é aplicado a uma amostra representativa da população

Educação deve recuperar tempo perdido, diz Lobão

Edison Lobão (PFL-MA) pediu, na sexta-feira, mais atenção do governo com a política educacional, que, segundo o senador, deve ser considerada uma alavanca indispensável para o desenvolvimento.

Lobão destacou a importância do Manifesto dos Senadores pela Educação, por entender que o documento indica as soluções para os saltos que devem ser dados a fim de que o país recupere, no futuro, "o tempo perdido nessas últimas gerações".

Ele lamentou o fato de os poderes públicos brasileiros não terem incluído os professores

nas prioridades de governo. Com essa omissão, ressaltou o parlamentar, estariam desestimulando a carreira, não proporcionando aos professores oportunidades adequadas de aprimoramento.

Para o senador pelo Maranhão, o pior é não oferecer aos professores condições salariais que compensem seus enormes esforços.

– Para obter ínfimas vantagens para sua sobrevivência, os professores, volta e meia, precisam enfrentar greves que jamais poderiam ocorrer em um ambiente de paz e estudo, como deve ser a escola – enfatizou.

Senadores querem manter acervo de Sarney nas Mercês

Um grupo de senadores da base governista e da oposição pede, em nota, que o governo federal "intervenha urgentemente" junto ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para garantir a preservação do acervo da Fundação da Memória Republicana no Maranhão, que reúne mais de

550 mil objetos e documentos do ex-presidente e senador José Sarney (PMDB-AP).

A nota atribui à disputa política no estado a ameaça de retirada do acervo do Convento das Mercês, prédio histórico de São Luís, sede da Fundação da Memória Republicana.

FRANCELMO – Heloísa Helena (PSOL-AL) prestou homenagem na sexta-feira ao jornalista e ambientalista Francisco Anselmo Gomes de Barros, o Francelmo, morto no último dia 12 de novembro ao atear fogo ao próprio corpo em protesto contra a instalação de usinas de álcool e de açúcar no Pantanal de Mato Grosso. A homenagem foi extensiva à esposa do ecologista, Iracema, e a todas as entidades ambientalistas daquela região.

ORÇAMENTO – Paulo Octávio (PFL-DF) manifestou na sexta-feira, da tribuna do Senado, apoio à proposta de emenda à Constituição (PEC) apresentada pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que torna obrigatória a execução dos gastos previstos no Orçamento federal. Ao propor limites à prerrogativa do Executivo de bloquear despesas, a matéria, segundo o senador, contribui para resgatar o equilíbrio de forças entre o Legislativo e o Executivo.

ZONA FRANCA – A Comissão de Assuntos Econômicos deve examinar projeto de lei de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA) que propõe a criação da Zona Franca de São Luís – área de livre comércio de importação e exportação.

Lobão afirmou que a proposta tem por meta implantar em São Luís um centro industrial e comercial integrado à Amazônia, com o objetivo de promover o pleno desenvolvimento econômico e social do Maranhão.

SAÚDE INDÍGENA – Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) denunciou na sexta-feira, em Plenário, o descaso com que, na sua opinião, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) vem conduzindo a questão da saúde indígena na região amazônica. O senador afirmou também não entender por que a Funasa preferiu assinar convênios com organizações não-governamentais para prestar assistência aos índios, em vez de firmá-los com o governo de Roraima e a universidade do estado.

PUBLICIDADE – Heráclito Fortes (PFL-PI) criticou na sexta-feira, em Plenário, os gastos em publicidade do governo Luiz Inácio Lula da Silva e lamentou o fato de recursos dos fundos federais de pensão terem sido utilizados pelo setor, conforme evidências apontadas pelas comissões parlamentares de inquérito em funcionamento no Congresso. "Nunca se teve notícia de um governo que gaste tanto com propaganda", observou.

Voz do Leitor

PRÉ-ESCOLA

“Aprovo a atitude do senador Alberto Silva de defender a inclusão de crianças em idade pré-escolar na política educacional do governo. Espero que os municípios tenham fiscalização rigorosa em relação ao cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, principalmente no que se refere ao atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos.”

Eneida Maria Oliveira de Sousa, de Lençóis (BA)

PRIMEIRO EMPREGO

“Senador José Jorge, o projeto do Primeiro Emprego até hoje não chegou a Montes Claros (MG). A alegação é a de que a verba não foi liberada. Solicito sua intervenção para que o programa seja implantado. Solicito também a promoção de políticas de combate à prostituição infantil, à violência contra crianças e jovens, e às drogas.”

Geraldo Coelho Ferreira, de Montes Claros (MG)

PODERES

“Senhores senadores, quanto mais tempo levar para concluir as CPIs, maior será o desgaste para a sociedade e a perda moral do país internacionalmente. Os fatos que ocorrem no Congresso demonstram falta de credibilidade entre os Poderes. Primeiro, o Judiciário concedeu *habeas corpus* preventivo a acusados, dando direito aos depoentes nas CPIs de não falarem a verdade. Em seguida, o Conselho de Ética da Câmara recomendou a cassação do deputado José Dirceu, mas o Judiciário determinou que fossem retiradas do relatório

do processo de cassação as informações obtidas pela CPMI dos Correios. Por fim, o Senado afastou o senador Capiberibe, em cumprimento a decisão judicial do TSE ratificada pelo STF, mas o próprio STF concedeu liminar para que ele retomasse o mandato. O que nós precisamos é de uma reforma política decente, de uma reforma judiciária, e de um bom projeto para a educação. Só com educação mudaremos a cara do Brasil.”

Raimundo dos Santos Bezerra, de Salvador (BA)

BIBLIOTECAS

“Pouco vale o país ter tantas feiras de livros se são poucos os lugares de acesso a essas publicações. Daí a necessidade de fomentar a criação de mais bibliotecas públicas em lugares urbanos e suburbanos. Em muitos locais existem salões de beleza, cinemas e bares, mas nem sequer uma biblioteca onde se possa ler livros ou estudar sossegado. Se não for em universidades ou mesmo nas livrarias, não há opção para ler, pesquisar ou consultar livros.”

Agnes Altmann, de Brasília (DF)

VOTO FACULTATIVO

“Estou impressionado com o mar de lama que cobre a classe política brasileira. Acho que realmente não sei votar e peço que alguém de bom senso lute pelo voto facultativo. Assim, não precisarei passar pelo constrangimento de ir à zona eleitoral só para anular meu voto, pois prefiro anular a contribuir para que outro grupo de corruptos assumam o poder.”

Elpídio de Oliveira Horta Filho, de Aichi-hen (Japão)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

VEREADORES

Catarina Santa Stinghl Teixeira, de Itaguaçu (SE)

“Senador Gerson Camata, por que houve tanta polêmica sobre a diminuição do número de vereadores, que ocorreu seis meses antes das eleições de 2004? Isso é constitucional? Valerá para as próximas eleições?”

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) responde:



Prezada Catarina, a redução é constitucional, sim. A matéria é regulada pela Constituição federal, particularmente pelo art. 29, inciso IV. A polêmica refere-se à aplicação das sugestões da Câmara dos Deputados e do ato do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pois ambas diminuem o número de vereadores em relação ao existente, mas não em relação ao que determina a Constituição. Há cerca de 60 mil vereadores no Brasil, quando deveríamos ter em torno de 52 mil se a Constituição fosse cumprida. Segundo a Carta Magna, a quantidade de vereadores por município deve ser proporcional ao número de habitantes. Contudo, essa proporcionalidade tem tido diversas interpretações. Por exemplo, as cidades com até 1 milhão de habitantes têm direito a, no máximo, 21 vereadores, segundo a Constituição. Se os habitantes ultrapassarem 1 milhão, os municípios passam a ter um mínimo de 33 vereadores. Na prática, ocorrem numerosos arredondamentos e os municípios passam a ter um número sensivelmente maior de vereadores do que o estabelecido. Um dos principais problemas são os saltos no crescimento populacional, que fazem com que um pequeno aumento na quantidade de habitantes eleve, em muito, o número de seus representantes.

Em março de 2004, o Plenário do Supremo Tribunal Federal fixou um critério para definir o número de vereadores nos municípios. Como a decisão leva à diminuição do número de assentos nas câmaras, os vereadores pediram, por meio de ação direta de inconstitucionalidade, a revisão da decisão. Não houve sucesso. De acordo com o ministro Celso Mello, o TSE nada mais fez senão dar expressão a uma interpretação constitucional que, emanada do Supremo, definiu o exato alcance e o preciso significado da cláusula de proporcionalidade inscrita no inciso IV do art. 29 da Constituição. O STF ressaltou a correção do ato emanado do TSE, considerando que não houve ofensa aos postulados da reserva da lei, da separação dos Poderes, da anterioridade da lei eleitoral e da autonomia municipal. Portanto, a redução deve valer para as próximas eleições.

RENÚNCIA DE MANDATO

Reginaldo Francisco de Oliveira, de São Julião (PI)

“Senador Jefferson Péres, gostaria de saber que tipo de leis são essas que permitem que um político acusado de corrupção renuncie ao mandato e fique livre de ser punido?”

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) responde:



Prezado Reginaldo, se ele praticou algum crime, não ficará impune mesmo renunciando. Ele responderá a processo penal.

Frases

“Num dia ele [Ciro Gomes] está de barbinha, em outro de bigodinho, depois tira a barba. É realmente um tipo que quer sempre mudar de cara, porque cara ele não tem e muito menos caráter”

Antonio Carlos Magalhães, que atacou o ministro da Integração Nacional, **Ciro Gomes**, em razão de ofensas proferidas contra o deputado ACM Neto, a quem o ministro chamou de “tampinha” e “anão moral”.

“Esquece o dia 30 porque agora não tenho nem para quem passar”

Rosângela Gabrilli, empresária do ramo de transporte em Santo André (SP) narrando à CPI dos Bingos diálogo com a pessoa que, todo dia 30, recolhia as contribuições, que, segundo ela, eram destinadas ao caixa dois do PT, antes do assassinato do prefeito Celso Daniel.

“Vivemos uma crise de valores éticos e morais, com predomínio dos valores de mercado. O melhor que podemos fazer é dar o exemplo. A figura do homem público leva uma mensagem”

Roberto Saturnino, lembrando Afonso Arinos, que para o senador foi uma das maiores figuras da cena política brasileira.

“O que me leva a continuar na política é só uma coisa: tenho vergonha de sair porque parece que estou fugindo”

Pedro Simon, depois de defender o resgate da ética na atuação política e na sociedade.

“Torna-se cada vez mais difícil para o governo tentar esconder o que a sociedade percebe cada vez com mais clareza: existe corrupção no governo do PT e a verdade brota a cada audiência das CPIs”

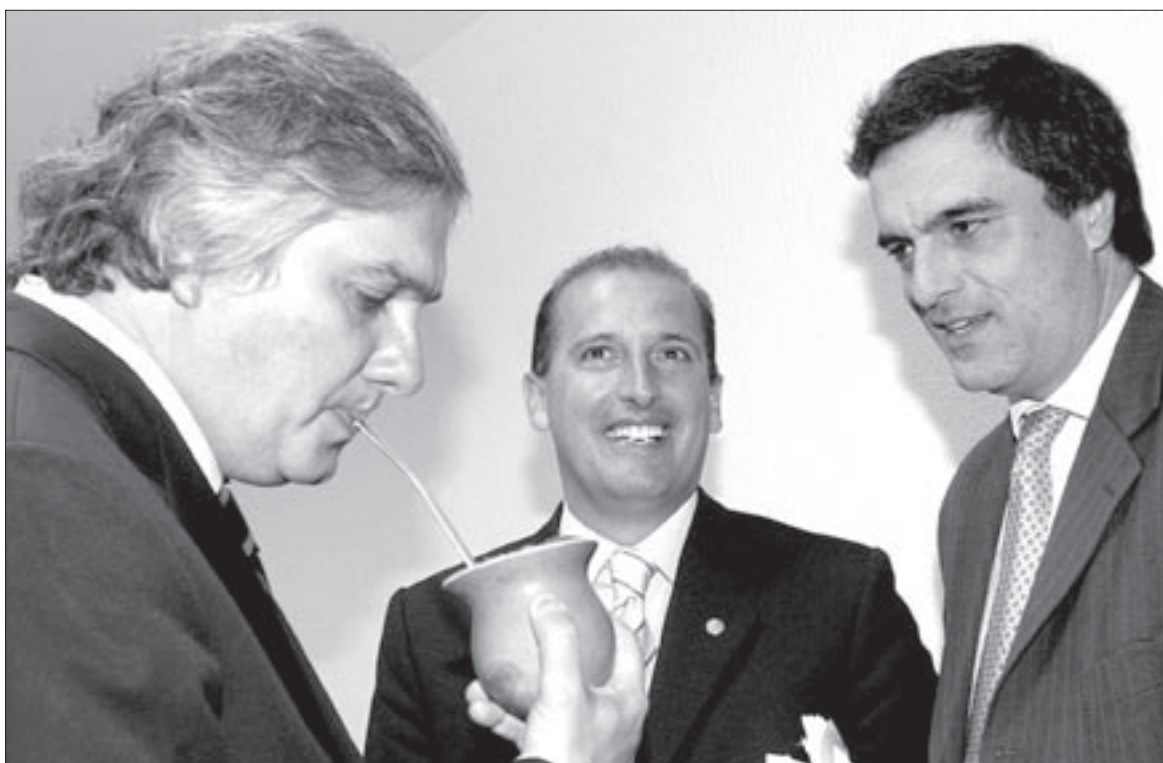
José Jorge, criticando o presidente Lula por não ter cumprido as promessas de combater a corrupção.

“Nosso regime não é mais o Império, mas ainda não é República. Nós temos hoje um presidente que, com as medidas provisórias, tem poder de mandar mais no Congresso do que o imperador mandava”

Cristovam Buarque, convicto de que a República ainda não é uma realidade no Brasil.

Foto da Semana

Pausa na batalha: o presidente da CPI dos Correios, senador petista Delcídio Amaral, de Mato Grosso do Sul, toma chimarrão no intervalo entre as longas e cansativas reuniões da comissão. O momento de descontração é compartilhado pelos deputados Onyx Lorenzoni (peefelista gaúcho) e José Eduardo Cardozo (petista de São Paulo)



ROSEWELT PINHEIRO/ABR

Castelinho marca estréia do Senado Documento

A vida de uma das maiores figuras do jornalismo político brasileiro, o colunista do *Jornal do Brasil* Carlos Castelo Branco, é o tema do novo programa da série *Senado Documento*, que a TV Senado apresenta na sexta-feira, às 22h30.

Castelinho, como ficou conhecido, era a principal fonte de informação e análise política e ganhou credibilidade entre os leitores e os próprios políticos por conta de sua habilidade para interpretar os fatos políticos. Ele foi assessor do ex-presidente Jânio Quadros, tendo publicado um livro com a sua versão da

renúncia de Jânio. O *Senado Documento* apresenta entrevista inédita de Castelinho, além de depoimentos de algumas das principais figuras da política brasileira nos últimos anos. A atração estréia na sexta, às 22h30, com reprises no sábado, às 16h e às 21h30, e no domingo, às 15h30 e às 22h.

A Rádio Senado lembra outro ícone do jornalismo nacional, o cronista Stanislaw Ponte Preta, pseudônimo de Sérgio Porto, que ficou conhecido por personagens ilustres como Tia Zulmira e pelo famoso Febeapá (Festival de Besteiras que Assola o País). Ele

é a estrela do *Prosa e Verso*, que a emissora apresenta no sábado, às 9h, com reprise no domingo, às 16h. O programa traz mais de cem hilariantes frases de Stanislaw, ditas com humor e picardia por Tuka Vila-Lobos e Marco Antunes, além do impagável Samba do Criolo Doido.

Luta contra o HIV

O programa *Conexão Senado*, que a Rádio Senado apresenta na segunda ao meio-dia, discute as ações governamentais no comba-

to ao vírus HIV e no tratamento da Aids. Um relatório das Nações Unidas mostra que 5 milhões de pessoas foram infectadas em 2005 em todo o mundo, o maior aumento desde que o primeiro caso foi descoberto, em 1981.

O ouvinte também pode participar do debate pelo telefone (61) 3311-1261, pelo fax (61) 3311-2777, ou pelo e-mail conexao@senado.gov.br.



Carlos Castelo Branco está em entrevista inédita no novo programa da TV Senado

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil

3h30 - Entrevista 3
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais

7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Idéias
13h30 - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
14h10 - Senado Notícias
14h30 - Música e Informação
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música e Informação

SÁBADO

8h - Música e Informação
9h - Prosa e Verso
11h - Música Erudita
12h - Música e Informação
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e Informação
22h - Vozes do Século XX
23h - Música e Informação

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros
9h30 - Música e Informação
11h - Música do Brasil (reprise)
12h - Música e Informação
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Música e Informação
17h - Vozes do Século XX (reprise)
19h - Música e Informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e Informação

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5.990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

RESENHA

A vida e a obra de pensadores brasileiros

ALEXANDRE GUIMARÃES

O *Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros* é obra de suma importância a todos os que precisam conhecer a vida e a obra de filósofos, pensadores políticos, sociólogos e antropólogos brasileiros.

Organizado pelo Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro e editado na coleção *Bibliografia Básica Brasileira*, do Senado Federal, o livro contém a biografia de mais de 500 personalidades que integram o pensamento brasileiro. As biografias são seguidas por uma bibliografia completa com as edições de todas as obras publicadas pelo pensador e aquelas referentes ao autor, até 1998.

Entre as biografias de autores de diversas épocas e tendências estão a de Tobias Barreto, filósofo; Fernando Henrique Cardoso, sociólogo e ex-presidente; Sérgio Buarque de Holanda, pensador; e Darcy Ribeiro, antropólogo.

Curiosidades surgem a todo o instante. Descobrimos, por exemplo, que Frei Caneca, um dos líderes da Confederação do Equador, de 1824, foi autor profícuo, lançando desde compêndios a trabalhos que englobavam gramáticas, livros de

história, tratados de retórica e ensaios políticos, como não poderia deixar de ser.

Lembramos também de detalhes da história dessas personalidades. O grande escritor José de Alencar, autor de clássicos como *O Guarani* e *Lucíola*, entre outros, foi deputado. Terminou por se afastar da política, quando, num ato injustificável, dom Pedro II retirou o nome do autor da lista de senadores a serem eleitos pela província do Ceará.

Indispensável a qualquer pesquisador ou estudioso, o *Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros* retrata a evolução do pensamento brasileiro durante os cinco séculos de existência da nação.



Livro traz a biografia do antropólogo Darcy Ribeiro, que foi senador

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *O Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros* integra a coleção *Biblioteca Básica Brasileira* e pode ser adquirido por R\$ 20. Mais informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Prodasen comemora 33 anos de fundação

O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, e o 1º secretário da Casa, senador Efraim Morais (PFL-PB), participaram, na quarta-feira, de homenagem aos 33 anos do Prodasen, completados no dia 12 de outubro. Ao final do evento, o presidente do Senado, Renan Calheiros, inaugurou a exposição *Espaço Memória Informática*, que reúne alguns dos primeiros equipamentos de processamento de dados utilizados pelo Prodasen.

Os objetos da exposição deverão compor acervo do centro de informática e processamento de dados, cujo nome será escolhido por meio de concurso aberto a todos os funcionários do Senado,

conforme explicou o diretor de Consultoria do Prodasen, João Roberto Baere.

Agaciel Maia destacou que as atividades do Prodasen constituem as "artérias" do Senado, em função do apoio do órgão às ações do processo legislativo. Efraim Morais enalteceu o trabalho dos profissionais do centro de processamento de dados e disse que as iniciativas do Prodasen fortalecem as atribuições do programa Interlegis e da Universidade do Legislativo (Unilegis).

O diretor do Prodasen, Petronio Barbosa Lima de Carvalho, defendeu a necessidade de atualização do quadro funcional do órgão, que atualmente conta com

267 servidores, e ressaltou a criação de sistemas informatizados de suporte à atividade parlamentar, a exemplo do Voz e Imagem do Plenário (VIP) – que permite a transmissão de voz e imagem do Plenário e das comissões aos gabinetes dos senadores – e do Gabinete 24 Horas, lançado recentemente, por meio do qual os parlamentares poderão acessar a rede do Senado a partir de Brasília ou de outra cidade, com a mesma segurança na transmissão e recepção de dados.

Entre os principais trabalhos executados pelo Prodasen ao longo de 33 anos está a automação do cálculo do Orçamento da União.

Alagoas será presenteada com Escola do Legislativo

Alagoas irá ganhar a 22ª Escola do Legislativo do país. Durante o Seminário Nacional Interlegis, nos dias 1º e 2 de dezembro, será assinado protocolo de intenções entre o Senado – por meio do Interlegis, ILB (Instituto do Legislativo Brasileiro) e a Unilegis (Universidade do Legislativo) – e a Assembléia Legislativa de Alagoas, que trata sobre a criação da sede da Escola do Legislativo no estado.

A função da instituição é oferecer capacitação, formação e reciclagem para os funcionários das assembleias legislativas. O diretor do ILB e presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (Abel), Florian Madruga, ressaltou a importância dos cursos presenciais e a distância oferecidos pelas escolas. O diretor garante que a adesão tem sido grande desde 2002. Para o deputado estadual Marcos Ferreira (PMN-AL), que será o presidente da escola alagoana, a criação da escola representa um intercâmbio de conhecimento.

Unilegis forma duas novas turmas

A formatura, na terça-feira, da primeira turma de Administração Legislativa e da segunda de Direito Legislativo da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) reuniu o presidente do Senado, Renan Calheiros, o 1º vice-presidente, Tião Viana (PT-AC), o 1º secretário, Efraim Morais (PFL-PB), e o presidente fundador da Unilegis, senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Os 73 formandos pertencem aos quadros do Senado, da Câmara dos Deputados, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e da Marinha. Efraim afirmou que a Unilegis está melhorando a qualidade e o nível dos funcionários com a pós-graduação, enquanto Renan ressaltou que a universidade se caracteriza pelo fato de ser um fórum permanente de debate de idéias em áreas estratégicas para o país.

Conheça o Senado

O pioneirismo da TV Brasil

No ar diariamente desde 30 de setembro, a TV Brasil/Canal Integración reúne emissoras públicas brasileiras – TVs Radiobrás, Senado, Câmara e Justiça – e parcerias em outros países da América do Sul com o objetivo de disseminar a diversidade cultural no continente.

A TV Senado é a primeira das parceiras brasileiras a produzir um programa direcionado para a TV Brasil: o *Diplomacia*, sobre política externa. Inicialmente criado para a TV Senado, ele foi totalmente reformulado as-

sumindo uma "cara de revista", explica a diretora da TV Brasil, Ana Maria Rocha.

Com entrevistas, o programa também contempla quadros como "Notícias do Mercosul", que informa os acontecimentos importantes do bloco econômico, mês a mês. A TV Senado também já forneceu uma série de *shows* brasileiros, notícias e oito documentários sobre intelectuais brasileiros.

Com programação diária de quatro horas, a TV Brasil, apresentada em espanhol, possibilita

às emissoras públicas parceiras selecionar produtos para transmissão em suas faixas próprias. Isso já acontece com a Radiobrás, que no horário das 20h às 21h transmite a programação dessa TV internacional.

Lançada no início deste ano, a TV Brasil entrou no ar com transmissões experimentais. A primeira foi o Fórum Social



Equipe da TV Brasil, emissora que divulga a diversidade cultural sul-americana

Mundial, em Porto Alegre, com cobertura ao vivo. Foram 90 horas ininterruptas de exibição.

Na semana passada, a TV realizou a cobertura do 3º Encontro de Cortes Supremas do Mercosul

e Países Associados.

Até o final do ano, a transmissão será de 12 horas diárias. Também está sendo analisada a inserção de um *link* para a TV no *site* do Senado.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Edson de Almeida, Valter Gonçalves Júnior, Flávio Faria, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes, Suely Bastos e Thâmara Brasil.
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, Janaina Araújo, João Carlos Teixeira, Paula Pimenta e Sylvio Guedes

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151
www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Alimento mais saudável e lucrativo

Alimentos orgânicos são os cultivados sem insumos químicos, respeitando o meio ambiente e as relações sociais. É possível encontrar verduras, legumes, frutas, óleos, carnes, ovos e até cervejas e vinhos orgânicos. Segundo o Instituto Biodinâmico (IBD), uma das instituições que certificam esses alimentos no Brasil, fornecendo o selo que atesta a qualidade deles, o consumo de orgânicos em todo o mundo aumenta 30% anualmente, movimentando cerca de US\$ 26,5 bilhões, apesar de eles serem até 50% mais caros que os alimentos não orgânicos. Nos últimos anos, o mercado brasileiro desse tipo de alimentos teve taxas de crescimento de 30% a 50% ao ano e já temos a segunda maior área de agricultura orgânica do mundo, que exporta para vários países.

A produção orgânica objetiva a realização de processos produtivos em equilíbrio com o ambiente. No cultivo, estão

proibidos agrotóxicos sintéticos, adubos químicos e sementes transgênicas. Os animais são criados sem uso de hormônios de crescimento, anabolizantes ou antibióticos, e de rações comerciais, e são tratados principalmente com homeopatia e fitoterapia.

A Lei dos Orgânicos (Lei 10.831/03) também considera como orgânico o produto denominado ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológico, permacultivado e outros. As normas de certificação são rígidas. A produção deve obedecer a princípios rigorosos de manejo do solo, dos animais, da água e das plantas, buscando promover a saúde do homem, a preservação de recursos naturais e a oferta de condições adequadas de trabalho aos empregados.

Neste *Especial Cidadania*, saiba mais sobre as vantagens nutricionais e a legislação relacionada ao cultivo de alimentos orgânicos.



Produtos certificados pelo Instituto Biodinâmico: normas para certificação de qualidade exigem produção com respeito ao meio ambiente e às relações sociais

Diferencial da produção

O que diferencia a produção orgânica da convencional?

- * Respeito ao ciclo das estações do ano e às características da região.
- * Colheita de vegetais na época de maturação (sem indução).
- * Rotação e consorciação de culturas.
- * Uso de adubos orgânicos e reciclagem de materiais.
- * Tratamentos naturais contra pragas e doenças dos vegetais, e plantas invasoras manejadas sem herbicidas.
- * Acesso dos animais a piquetes abertos.
- * Alimentação orgânica e uso de práticas terapêuticas para cuidado com os animais.
- * Produtos separados dos não-orgânicos, desde o manuseio ao maquinário, e do transporte à venda.
- * Prateleiras e geladeiras para a venda limpas e desinfetadas sob critério e

fiscalização das certificadoras.
* Propriedades que exploram os trabalhadores ou usam mão-de-obra infantil não recebem o certificado.

Quais os principais produtos certificados e exportados atualmente pelo país?

Café (MG e PR); cacau (BA); soja e erva-mate (PR); açúcar mascavo (SP e PR); suco de laranja e frutas secas (SP); castanha de caju, óleo de dendê e frutas tropicais (Nordeste); óleo de palma e palmito (PA); guaraná (AM); arroz (SC e RS); soja e frutas cítricas (RS); e pecuária (MT).

Onde encontrar produtos orgânicos e biodinâmicos?

Em feiras orgânicas, lojas de produtos naturais e restaurantes. As grandes cadeias de supermercados possuem gôndolas exclusivas para produtos orgânicos.

Quais os tipos de orgânicos previstos na legislação brasileira?

Há dois tipos de selos:
* Orgânico – para alimentos com um único ou com vários ingredientes que contenham um mínimo de 95% de ingredientes orgânicos.
* Com ingredientes orgânicos – para alimentos com pelo menos 70% de ingredientes orgânicos. Os produtos compostos devem conter no rótulo todos seus ingredientes e aditivos e discriminar quais são orgânicos e quais não são.

FOTO VICTOR SOARES / ABR



Tomate orgânico é plantado ao lado de coentro, cujo cheiro forte afasta os insetos

Vantagens nutricionais

Há quem questione as vantagens nutricionais dos alimentos orgânicos porque, em termos de macronutrientes (carboidratos, proteínas e gorduras), praticamente não há diferenças entre eles e os convencionais.

No entanto, há estudos que comprovam que, como os vegetais cultivados sem agrotóxicos desenvolvem mais defesas naturais, os orgânicos possuem mais micronutrientes (minerais, vitaminas, fitonutrientes e antioxidantes), sintetizados como defesa natural contra os insetos e plantas competitivas. Segundo o IBD, estudos feitos nos EUA revelaram que os orgânicos apresentaram, em média, 63% a mais de cálcio, 73% a mais de ferro, 118% a mais de magnésio, 178% a mais de molibdênio, 91% a mais de fósforo, 125% a mais de potássio e 60% a mais de zinco. Quanto aos orgânicos de origem

animal, a principal vantagem é que eles não contêm resíduos de produtos químicos, devido à alimentação orgânica dos animais. De acordo com o *site* Planeta Orgânico, estudo realizado pela Universidade de São Paulo (USP) mostrou que ovos de galinha caipira possuem cerca de quatro vezes mais vitamina A (essencial para a regeneração da pele e das mucosas) que os de granja.

Para evitar o uso dos pesticidas, a produção orgânica busca criar outros mecanismos de controle das pragas, como o cuidado com a plantação e o reforço na adubação por esterco, gerando um modelo de produção mais dispendioso. E o processo de conversão para o modelo orgânico de cultivo ou de criação de animais exige providências como adaptações materiais, melhor remuneração do trabalhador e outros fatores que encarecem os produtos.

Contra os argumentos de que as vantagens nutricionais não compensariam o preço, ou de que os resíduos de agrotóxicos nos alimentos poderiam ser eliminados com uma higiene adequada, os defensores dos orgânicos argumentam que as vantagens vão além das nutricionais. O cultivo de orgânicos contribui com a conservação dos recursos naturais, com a recuperação da fertilidade do solo e com a qualidade de vida do trabalhador rural, e ajuda a reduzir a quantidade de produtos químicos que poluem a terra, a água e o ar.

Regulamentação da Lei dos Orgânicos está em discussão

As primeiras associações e instituições de agricultores que buscavam cultivar sem agrotóxicos foram fundadas nos anos 80, mas só em 1999 a Instrução Normativa 7 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabeleceu as principais diretrizes para a produção de orgânicos no Brasil.

A Lei dos Orgânicos (Lei 10.831/03), sobre a produção orgânica no país, ainda aguarda regulamentação. Atualmente, a certificação é feita por empresas privadas e ONGs. O Colegiado Nacional de Produtos Orgânicos (CNPOrg), fundado em 1999 e vinculado ao Ministério da Agricultura, é responsável pela implementação e acompanhamento das normas para produção de orgânicos vegetais e animais. Reportam-se a ele os colegiados de cada estado, que fiscalizam e autorizam as certificadoras. O processo de certificação pode ser feito por auditoria (o produtor contrata uma certificadora) ou de forma participativa (selo emitido por associações de produtores, consumidores e técnicos).

Para aumentar as exportações, o Ministério da Agricultura quer implantar uma rotulagem com selo do governo brasileiro. Mas o ministro Roberto Rodrigues declarou que isso só vai ser possível depois que a Lei dos Orgânicos for regulamentada.

Perfil da produção

Em 2002, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) divulgou um levantamento que indicou a existência, no país, de mais de 7 mil produtores certificados e cerca de 13 mil que produzem orgânicos sem certificação. Em 2001, estima-se que o setor faturou de US\$ 220 a US\$ 300 milhões. De acordo com o engenheiro agrônomo Álvaro Garcia, gerente de certificação do IBD, nos cerca de 650 projetos certificados ou em processo de certificação no instituto hoje, aproximadamente 90% dos 4 mil produtores são familiares. Muitas dessas famílias só conseguiram se manter na atividade agrícola devido à conversão para a produção orgânica, mais rentável.

Projetos para incentivo

Para incentivar a adoção da agricultura e da pecuária orgânicas e o financiamento de projetos de incentivo à migração para este sistema, tramitam na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 1.468/03 e o PL 2.065/03, que visam modificar a Lei 8.171/91 (Lei Agrícola).

Informações

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Esplanada dos Ministérios, Bloco D
70043-900, Brasília, DF
Tel.: (61) 3218-2828
Atendimento ao Agricultor:
0800.611995
www.agricultura.gov.br

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)
Tel.: (61) 3448-4433
Ouvidoria: (61) 3347-8706, 3349-5045 e 3448-4199
www.embrapa.br

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)
Tel.: (61) 3448-1000
www.anvisa.gov.br

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Tel.: (21) 2172-7447
www.bndes.gov.br

Associação de Certificação Instituto Biodinâmico - IBD
Tel./Fax: (14) 3882-5066
www.ibd.com.br

Associação de Agricultura Orgânica
Tel.: (11) 3875-2625
www.aao.org.br

Planeta Orgânico
www.planetaorganico.com.br

Projeto Organics Brasil
www.organicosbrasil.org